

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Banco inserido no Grupo Santander e anteriormente denominado Interbanco, S.A.), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, o qual evidencia um total de 901.838.879 Euros e capital próprio de 81.715.028 Euros, incluindo um resultado líquido de 12.520.284 Euros, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Ênfases

5. O Banco paga comissões de *rappel* a concessionários em função de novos contratos angariados por estes durante um determinado período e que sejam financiados pelo Banco. Até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as comissões de *rappel* estavam a ser registadas na totalidade como custo no exercício em que eram celebrados os respectivos contratos. De acordo com os requisitos previstos nos IAS 18 – Rédito e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito devem ser considerados como um ajustamento à sua taxa de juro efectiva e, conseqüentemente, diferidos ao longo do período de vida das operações às quais se encontram associados. O não diferimento de comissões associadas à originação de instrumentos financeiros, conforme previsto nas normas internacionais de relato financeiro, constitui um erro cuja correcção deve ser tratada no âmbito do IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros (IAS 8). De acordo com os requisitos desta norma, o Banco procedeu à correcção do efeito acumulado destas situações nas suas demonstrações financeiras de forma retrospectiva (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2006, ou seja, 1 de Janeiro de 2005. O impacto desta reexpressão consistiu num aumento do capital próprio do Banco em 1 de Janeiro de 2005 no montante de 3.143.440 Euros, num aumento do resultado líquido do exercício de 2005 em 271.880 Euros, e num aumento do capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 no montante de 3.415.320 Euros (Nota 2).
6. O Banco dispõe de prestações acessórias realizadas pelos accionistas no montante total de 14.963.937 Euros. Estas prestações acessórias não são remuneradas e não têm prazo de reembolso definido, podendo apenas ser reembolsadas mediante deliberação da Assembleia Geral de accionistas do Banco e prévia autorização do Banco de Portugal. Até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as prestações acessórias estavam classificadas como passivo financeiro no âmbito da rubrica “Outros passivos subordinados”. De acordo com os requisitos do IAS 32 – “Instrumentos Financeiros – divulgações e apresentação”, as prestações acessórias devem ser classificadas como um instrumento de capital próprio. A sua diferente classificação constitui um erro, cuja correcção deve ser tratada no âmbito do IAS 8. De acordo com os requisitos desta norma, o Banco procedeu à reclassificação deste instrumento financeiro nas suas demonstrações financeiras de forma retrospectiva (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2006, ou seja, 1 de Janeiro de 2005. O impacto desta correcção consistiu num aumento do capital próprio do Banco em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro de 2005 no montante de 14.963.937 Euros e numa diminuição dos outros passivos subordinados de igual valor.

Página 3 de 3

7. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2005 foram objecto de Certificação Legal das Contas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, datada de 20 de Janeiro de 2006, que incluía uma ênfase não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 7 de Maio de 2007


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

**BANCO SANTANDER CONSUMER
PORTUGAL, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

7 de Maio de 2007

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

	2006			(Reexpresso) 2005				2006			(Reexpresso) 2005		
	ACTIVO	ATIVO bruto	Amortizações e imparidade	ATIVO líquido	ATIVO líquido	2005		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2006	2005	2006	2005
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6	612.908	-	612.908	97.824	3.314.219	Recursos de outras instituições de crédito	12	712.239.275	664.061.748			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	3.656.927	-	3.656.927	3.314.219	845.471.107	Recursos de clientes e outros empréstimos	13	4.719.101	3.354.064			
Crédito a clientes	8	883.619.957	(14.902.795)	868.717.162	845.471.107	7.997.632	Títulos de dívida emitidos	14	-	5.567.703			
Outros activos tangíveis	9	15.937.079	(8.018.715)	7.918.364	7.997.632	267.097	Provisões	15	150.000	1.006.996			
Activos intangíveis	9	3.727.145	(3.474.283)	252.862	267.097	-	Passivos por impostos correntes	10	2.803.863	3.264.334			
Activos por impostos correntes	10	7.280	-	7.280	-	2.036.546	Passivos por impostos diferidos	10	919.185	1.382.047			
Activos por impostos diferidos	10	1.276.531	-	1.276.531	2.036.546	33.039.405	Outros passivos subordinados	16	15.169.456	20.140.529			
Outros activos	11	23.983.941	(4.587.096)	19.396.845	33.039.405	-	Outros passivos	16	84.122.971	124.251.666			
							Total do Passivo	17	820.123.851	823.029.067			
							Capital	18	37.500.000	37.500.000			
							Outros instrumentos de capital	19	14.963.937	14.963.937			
							Outras reservas e resultados translatados	20	16.730.807	1.895.468			
							Lucro do exercício	21	12.520.284	14.835.338			
							Total do Capital Próprio		81.715.028	69.194.743			
							Total do Passivo e do Capital Próprio		901.838.879	892.223.830			
Total do Activo		9.322.821.768	(30.992.889)	9.011.838.879	892.223.830								

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	(Reexpressa) 2005
Juros e rendimentos similares	23	68.272.226	78.812.859
Juros e encargos similares	23	(36.063.394)	(33.830.891)
MARGEM FINANCEIRA		32.208.832	44.981.968
Rendimentos de serviços e comissões	24	3.835.672	2.335.826
Encargos com serviços e comissões	24	(1.270.043)	(2.047.690)
Rendimentos de instrumentos de capital		2.257	-
Resultados em operações financeiras	25	(698.314)	1.185.699
Outros resultados de exploração	26	2.261.031	2.184.689
PRODUTO BANCÁRIO		36.339.435	48.640.492
Custos com pessoal	27	(8.691.703)	(8.322.695)
Gastos gerais administrativos	28	(9.047.136)	(11.949.765)
Depreciações e amortizações	9	(504.860)	(539.425)
Imparidade de crédito	15	2.920.575	(7.641.420)
Imparidade de outros activos	15	(2.176.812)	(499.775)
Outras provisões	15	(322.008)	(150.000)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		18.517.491	19.537.412
Impostos correntes	10	(5.700.055)	(3.031.243)
Impostos diferidos	10	(297.152)	(1.670.831)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21	12.520.284	14.835.338
Número de acções em circulação no exercício		37.500.000	37.500.000
Resultados por acção		0,33	0,40

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Outras reservas e resultados transitados					Total	Lucro do exercício	Total
		Capital	Outros instrumentos de Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (PCSB)		37.500.000	-	4.541.811	278.943	2.982.639	7.803.393	8.622.526	53.925.919
Aplicação do resultado:									
- Transferência para reservas		-	-	844.171	-	-	844.171	(844.171)	-
- Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	7.778.355	7.778.355	(7.778.355)	-
- Distribuição de dividendos		-	-	-	(159.965)	(7.167.535)	(7.327.500)	-	(7.327.500)
Ajustamentos de transição para IAS/ IFRS	4	-	-	-	-	(10.346.390)	(10.346.390)	14.563.458	(10.346.390)
Resultados do exercício		-	-	-	-	-	-	271.880	3.415.320
Correcção do reconhecimento de comissões associadas a Rappel	2	-	-	-	-	3.143.440	3.143.440	-	14.963.937
Reclassificação das prestações acessórias de passivo para capital próprio	2	-	14.963.937	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (reexpressos)		37.500.000	14.963.937	5.385.982	118.978	(3.609.492)	1.895.468	14.835.338	69.194.743
Aplicação do resultado:									
- Transferência para reservas		-	-	1.100.275	-	-	1.100.275	(1.100.275)	-
- Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	13.735.063	13.735.063	(13.735.063)	-
Resultados do exercício	21	-	-	-	-	1	1	12.520.284	12.520.284
Outros		-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2006		37.500.000	14.963.937	6.486.257	118.978	10.125.572	16.730.807	12.520.284	81.715.028

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

	2006	(Reexpressa) 2005
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	70.943.996	75.016.943
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(33.351.138)	(26.079.997)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	6.821.648	3.902.096
Pagamentos a fornecedores e empregados	(18.656.976)	(20.513.957)
Outros resultados	906.069	(1.088.709)
	<u>26.663.599</u>	<u>31.236.376</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(18.165.764)	129.865.369
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	42.427.350	168.809.908
Recursos de clientes e outros empréstimos	821.214	(27.599.231)
Outros passivos	(31.927.875)	6.173.879
	<u>(6.845.075)</u>	<u>277.249.925</u>
Impostos sobre os lucros	(7.680.677)	(2.090.785)
	<u>12.137.847</u>	<u>306.395.516</u>
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos relativos a imobilizações	(712.352)	(757.173)
Alienação de títulos disponíveis para venda	-	1.887.388
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(712.352)</u>	<u>1.130.215</u>
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	(5.567.703)	(337.352.352)
Dividendos pagos	-	(7.327.500)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(5.000.000)	-
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(10.567.703)</u>	<u>(344.679.852)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	857.792	(37.154.121)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.412.043	40.566.164
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.269.835	3.412.043

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a actividade do BSCP encontra-se segmentada nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “*Factoring*”.

Em 2 de Janeiro de 2007 foi realizado um aumento de capital do Banco que implicou alterações ao nível da sua estrutura accionista. Foi igualmente nesta data que se procedeu à alteração da sua denominação social (Nota 32).

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de Maio de 2007.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IAS/IFRS. Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução n.º 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal e demais disposições emitidas por esta entidade. O impacto da adopção das IAS/IFRS em 1 de Janeiro de 2005, incluindo a reconciliação dos capitais próprios consolidados conforme os requisitos de divulgação previstos no IFRS 1 - “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de Relato Financeiro”, e sem considerar o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2005 descrita no ponto 2.3 abaixo, é apresentado na Nota 4.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas filiais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 estão pendentes de aprovação pelas correspondentes Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas de acordo com as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, em vigor a essa data, desde que endossadas pela União Europeia. As principais alterações em normas e interpretações com relevância para o Banco e para as restantes entidades do Grupo, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2006, podem ser descritos como segue:

- IAS 39 – "The Fair Value Option" – De acordo com a alteração efectuada ao texto da norma, foram introduzidas limitações à classificação de instrumentos financeiros na categoria "Ao justo valor por contrapartida de resultados", que anteriormente era possível para qualquer activo financeiro, desde que efectuada no reconhecimento inicial. No caso dos passivos, a versão endossada pela União Europeia proíbe a classificação nesta categoria.
- IAS 39 e IFRS 4 – "Contratos de garantias financeiras" – A contabilização de um contrato de garantia financeira (contrato mediante o qual é exigido ao emissor um determinado pagamento caso o devedor não cumpra as suas responsabilidades perante o detentor da garantia) deverá obedecer aos seguintes critérios:
 - No momento da originação deverá ser registado pelo seu justo valor;
 - Subsequentemente, deverá ser registado ao maior de entre o valor da provisão a constituir de acordo com o IAS 37, ou o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortizações acumuladas em conformidade com os requisitos do IAS 18 -"Rédito".
- IFRIC 4 – "Determinar se um acordo contém uma locação" – Esta interpretação determina as condições mediante as quais um acordo poderá ser considerado um contrato de locação, mesmo que não assuma essa forma legal, mas contemple a utilização de um bem em troca de um ou vários pagamentos. Caso seja considerado um contrato de locação deverá ser contabilizado segundo os requisitos do IAS 17 – "Contratos de Locação".

Com referência ao exercício de 2006, a adopção das referidas normas revistas não implicaram alterações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – "Divulgação de instrumentos financeiros" – Esta norma substitui os requisitos de divulgação sobre os instrumentos financeiros definidos no IAS 32 – "Instrumentos financeiros – apresentação e divulgação" e no IAS 30 – "Divulgação nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares", sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007.
- IAS 1 – "Divulgação sobre requisitos de capital" – A revisão efectuada ao actual texto da norma introduz a necessidade de divulgações adicionais ao nível dos requisitos de capital, sendo obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007

No início de 2006, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, as quais até à data de aprovação das demonstrações financeiras não foram ainda endossadas pela União Europeia:

- IFRIC 10 – “Reporte financeiro intercalar e imparidade” – Esta interpretação clarifica que perdas de imparidade reconhecidas em *goodwill*, instrumentos de capital ou outros instrumentos financeiros registados ao custo de aquisição não são reversíveis na preparação de demonstrações financeiras subsequentes (intercalares ou anuais), sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Novembro de 2006.
- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Conforme se pode verificar, a generalidade das normas não adoptadas têm efeitos apenas a nível das divulgações. O Conselho de Administração entende que a adopção destas normas e interpretações em exercícios futuros não apresentará impactos materialmente relevantes na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Comparabilidade da informação

Comissões associadas a Rappel

Até ao exercício de 2005, as comissões de Rappel pagas a concessionários em função do valor acumulado de novos contratos financiados pelo Banco durante um determinado período, eram reconhecidas na totalidade como custo no exercício em que eram obtidas.

Nos termos do IAS 18 – “Rédito” e IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” os custos e proveitos directamente associados à originação de um instrumento financeiro devem ser reconhecidos ao longo do período de vigência da respectiva operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

Em conformidade com os requisitos do IAS 8 - “Resultados Líquidos do Período, Erros Fundamentais e Alterações nas Políticas Contabilísticas”, o Grupo procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras consolidadas de forma a corrigir o efeito acumulado deste erro com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2006, ou seja 1 de Janeiro de 2005. O efeito desta correcção no balanço e nos capitais próprios nessa data, apresentam a seguinte composição:

	<u>01-01-2005</u>
Acréscimo nos Custos diferidos –	
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	4.335.779
Registo de passivos por impostos diferidos	(1.192.339)

Efeito nos Capitais Próprios em 1 de Janeiro de 2005	3.143.440
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

Relativamente ao exercício de 2005, o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas no que se refere às comissões associadas a Rappel, apresenta o seguinte detalhe:

	Activo/ (Passivo)	Capitais Próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado do exercício de 2005	Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2005
Capitais Próprios antes de correcção		36.252.029	14.563.458	50.815.487
Comissões pagas associadas ao custo amortizado				
- Rappel	4.797.368	4.335.779	461.589	4.797.368
Passivos por impostos diferidos	(1.382.048)	(1.192.339)	(189.709)	(1.382.048)
	3.415.320	3.143.440	271.880	3.415.320
Capitais Próprios após correcção		39.395.469	14.835.338	54.230.807
Resultados por acção antes de correcção			0,39	
Resultados por acção após correcção			0,40	

Prestações Acessórias

As prestações acessórias realizadas pelos accionistas do Banco em Dezembro de 2000, no montante de 14.963.937 Euros, encontravam-se até ao exercício de 2005 classificadas como um passivo financeiro, na rubrica "Passivos subordinados". As prestações acessórias concedidas ao Banco, no âmbito da necessidade de reforço dos seus Fundos Próprios, apresentam as seguintes condições:

- As prestações acessórias não são remuneradas e não têm prazo de reembolso definido;
- O reembolso das prestações acessórias só poderá ocorrer mediante acordo dos respectivos accionistas, com prévia autorização do Banco de Portugal e após se encontrarem satisfeitos todos os remanescentes créditos comuns ou subordinados.

De acordo com os requisitos do IAS 32 – "Instrumentos financeiros – divulgações e apresentação", a classificação de um instrumento financeiro como passivo ou elemento do capital próprio decorre da sua substância em detrimento da forma legal que apresente. Nos termos previstos nesta Norma, um instrumento financeiro deve ser classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a entidade.

Dada a inexistência de uma obrigação contratual por parte do Banco de proceder ao reembolso das prestações acessórias aos accionistas, e ao facto de não serem remuneradas, estas foram classificadas como um instrumento de capital próprio. Consequentemente, o Banco procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras com referência a 1 de Janeiro de 2005. O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas nessa data consistiu num aumento do capital próprio em 14.963.937 Euros.

Custos com acordos de participação

No âmbito da sua actividade, o Banco celebrou acordos de associação em participação com sociedades de distribuição e importação automóvel. Estes acordos prevêm a partilha dos resultados gerados pelos contratos de crédito abrangidos, sendo o seu cálculo efectuado em função das condições previstas nos respectivos acordos. Até ao exercício de 2005, os custos suportados pelo Banco com os resultados atribuídos no âmbito destes contratos encontravam-se classificados em rubricas de "Outros resultados de exploração". No exercício de 2006, estes custos passaram a ser registados ao nível da margem financeira, na rubrica "Juros e custos similares – Acordos de participação", tendo o Banco procedido à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2005 (Nota 23).

2.4 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais participadas directa ou indirectamente pelo Banco e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, os saldos e transacções ocorridos no exercício, entre as empresas objecto de consolidação, são eliminados. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verificarem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica "Interesses Minoritários".

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva ("goodwill"), é registada como um activo intangível. O "goodwill" não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não são revertíveis.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004, e, conseqüentemente, o "goodwill" gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados em rubricas de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Loações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a totalidade das operações de “factoring” respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 17), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Aquisições a crédito

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso na sua regularização, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos do activo quando simultaneamente se verificarem as seguintes condições:

- as operações sejam consideradas incobráveis;
- o crédito se encontre integralmente provisionado, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas estabelecidas pelo Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal.

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de factoring sem recurso são registadas pela totalidade quando recebidas.

d) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Grupo efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de "factoring"
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Novo
 - . Usado

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira ao nível do incumprimento e níveis de recuperação.

Caso sejam identificados indícios objectivos de imparidade em activos analisados individualmente, o valor da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço do crédito e o valor dos fluxos de caixa futuros que se espera receber, considerando as garantias associadas à operação, os custos do processo de recuperação e o tempo que decorrerá até à sua realização.

Relativamente aos activos analisados individualmente para os quais não sejam identificados indícios de imparidade, os mesmos são incluídos em grupos de activos com características de risco semelhantes, sendo analisados colectivamente.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica de comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebida pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os valores de imparidade apurados em resultado da diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação são registados em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito", líquido do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Grupo, os quais são valorizados ao custo amortizado. Esta categoria inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica de "Outros passivos".

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, as quais em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

i) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Outros activos”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2006, esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos, as quais são mensuradas ao menor de entre o seu valor de balanço e o seu justo valor de mercado, determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax), não sendo sujeitas a amortização.

j) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões devidas pela compensação da realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

k) Especialização de exercícios

O Grupo adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

I) Impostos correntes e diferidos

O Banco e as suas filiais com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2006 corresponde a 27,5%. As filiais e outras entidades de propósitos especiais, domiciliadas para efeitos fiscais fora do território nacional, são tributadas de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

A alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 35/2005, introduzida pela aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio clarificar que as Entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal cujas demonstrações financeiras individuais sejam preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, deverão efectuar o apuramento do seu lucro tributável em conformidade com as referidas normas. Adicionalmente, no âmbito da redacção do artigo 53º do Código do IRC, foram definidas disposições transitórias a considerar já no apuramento do imposto do exercício de 2006. Estas disposições transitórias deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao actual texto do Código, face às novas exigências decorrentes do actual normativo contabilístico.

As autoridades têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo previamente definido, o qual é de quatro anos em Portugal (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 a 2006.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

m) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Grupo, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

n) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” a totalidade das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais. A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal. Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos de transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

Adicionalmente, o reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). As estimativas efectuada pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita a probabilidades de incumprimento, taxas e períodos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. PRINCIPAIS DIFERENÇAS E IMPACTOS DA TRANSIÇÃO

O Banco aplicou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia, pela primeira vez na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005. O impacto da adopção das normas internacionais de contabilidade nos capitais próprios consolidados do Banco com referência a 1 de Janeiro de 2005 foi negativo em 10.346.390 Euros, sem considerar o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2005 descrita no ponto 2.3 acima, e apresenta o seguinte detalhe:

Capitais Próprios de acordo com o PCSB	53.925.919
Valorização de instrumentos financeiros derivados	(6.693.721)
Consolidação de entidades de propósitos especiais	(9.095.073)
Benefícios a empregados	(430.000)
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	2.354.734
Impostos diferidos	3.517.670

	(10.346.390)

Capitais Próprios de acordo com os IAS/IFRS	43.579.529
	=====

Valorização de instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados contratados pelo Banco no âmbito da sua actividade foram registados em balanço pelo seu justo valor, de acordo com os requisitos de mensuração previstos no IAS 39. Nos termos do normativo anterior, os derivados de cobertura não eram valorizados ao justo valor, em conformidade com o tratamento contabilístico aplicado ao elemento coberto.

Em 1 de Janeiro de 2005, o impacto do registo em balanço das posições contratadas em operações com derivados ("Interest Rate Swaps" e Futuros), foi negativo em 6.693.721 Euros. No decorrer do exercício de 2005, o Grupo procedeu à liquidação das referidas operações.

Consolidação de entidades de propósitos especiais

As transferências de operações de crédito realizadas pelo Banco após 1 de Janeiro de 2004 foram analisadas no âmbito dos critérios de desreconhecimento de activos financeiros previstos pelo IAS 39. De acordo com esta norma, apenas se deverá proceder ao desreconhecimento de um activo financeiro se forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua posse. Nos termos do IFRS 1, para operações sobre activos financeiros realizadas até 1 de Janeiro de 2004, cujo desreconhecimento de balanço era permitido no âmbito do anterior normativo, não existe obrigatoriedade de aplicação retrospectiva dos critérios do IAS 39.

Neste sentido, as vendas de contratos de crédito ao consumo e de locação financeira realizadas pelo Banco no exercício de 2004 ao veículo Tulip Asset Purchase Company BV, no montante de 114.211.012 Euros, foram reconhecidas em balanço pelo seu valor nominal, líquido de imparidade, com referência a 1 de Janeiro de 2005.

Adicionalmente, no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas efectuadas em conformidade com os requisitos do IAS 27 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais" e da SIC 12 – "Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais", o Banco passou a incluir no seu perímetro de consolidação as entidades adquirentes de activos cedidos pelo Banco em operações de titularização relativamente aos quais retenha a maioria dos riscos e benefícios da sua actividade.

Em 1 de Janeiro de 2005, o ajustamento decorrente da consolidação destas entidades foi negativo em 9.095.073 Euros.

Benefícios a empregados

De acordo com o anterior normativo contabilístico, o Banco registava as gratificações e remunerações variáveis pagas a empregados, após deliberação da Assembleia Geral, no exercício da sua distribuição por contrapartida de Capital Próprio. De acordo com o IAS 19, estas remunerações constituem um benefício de curto prazo, o qual deve ser registado como custo no exercício a que respeita. Em 1 de Janeiro de 2005, os bónus pagos a colaboradores relativos ao exercício de 2004, no montante de 430.000 Euros, foram reconhecidos por contrapartida de Resultados Transitados.

Diferimento de comissões associadas a operações de crédito

De acordo com os IAS/IFRS, os proveitos e custos associados à originação de activos financeiros registados ao custo amortizado devem ser reconhecidos ao longo da vida das operações, sob a forma de ajustamento à taxa efectiva. De acordo com o anterior normativo, as comissões associadas a crédito concedido eram reconhecidas por contrapartida de resultados do período, no momento do seu recebimento ou pagamento.

Em 1 de Janeiro de 2005, o ajustamento decorrente do diferimento de proveitos e custos com comissões de acordo com a taxa efectiva das operações foi positivo em 2.354.734 Euros, tendo sido reconhecido por contrapartida de resultados transitados. Estas comissões respeitam essencialmente a encargos com comissões pagas a concessionários pela angariação de operações e a proveitos de comissões recebidas de clientes pelo estudo de operações, e apresentam a seguinte composição:

Carteira não Securitizada	
Comissões recebidas de clientes	(1.812.542)
Comissões pagas a angariadores	2.366.545

	554.003
Carteira Securitizada	
Comissões pagas a angariadores	1.800.731

	2.354.734
	=====

Impostos diferidos

De acordo com o PCSB, o Banco não registava impostos diferidos. No âmbito da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade foram registados os activos e passivos por impostos diferidos resultantes dos ajustamentos de transição assim como os resultantes de operações que de acordo com as regras do anterior normativo contabilístico não se encontravam a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Em 1 de Janeiro de 2005, os ajustamentos decorrentes da aplicação do IAS 12 apresentavam a seguinte composição:

Provisões não aceites como custo fiscal	1.827.977
Instrumentos financeiros derivados	972.038
Benefícios a empregados	118.250
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(152.351)
Consolidação de entidades de propósitos especiais	942.239
Outros	(190.483)

Activos por impostos diferidos, líquidos	3.517.670
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

5. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Sector de actividade/Entidade	Sede	Sector de actividade	2006			2005		
			% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido	% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido
IT Car - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal	Crédito especializado	100%	2 518 010	646.256	100%	2 100 012	(1 921 979)
Polyfinances, S.A.	Luxemburgo	Gestão de participações sociais	100%	1 073 740	(26 260)	100%	1 075 455	4 250 408
Multifinance Corporation, Ltd	Malta	Gestão de participações sociais	100%	93 101	(13 381)	100%	100 347	2 801 142
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	Gestão de participações sociais	100%	138 630	(61 385)	100%	215 000	4 301 376
Silk Finance nº 1 Limited	Jersey	SPV	n.a.	-	-	n.a.	476 560	1 914 631

Nos exercícios de 2006 e 2005, as principais operações ocorridas com empresas do Grupo foram as seguintes:

Multifinance Corporation Ltd. e Polyfinances Holding Ltd.

Em 31 de Maio de 2006 foi deliberada a dissolução da Multifinance Corporation, Ltd. e da Polyfinance Holding Ltd.. No âmbito da referida liquidação, todos os activos e passivos destas sociedades deverão ser transmitidos para o único accionista, a Polyfinances S.A..

Em 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações financeiras da Multifinance Corporation, Ltd. e da Polyfinances Holding Ltd. incluídas na consolidação foram preparadas numa óptica de liquidação.

Silk Finance nº 2 e Plurifinances Inc.

A entidade de propósitos especiais Silk Finance nº 2, sediada na Irlanda, foi constituída no âmbito de uma operação de securitização de activos na qual o Banco transferiu para esta entidade os direitos sobre contratos de financiamento de vendas a crédito e de locação financeira mobiliária, no valor de 287.048.976 Euros.

Para financiamento desta operação, o SPV emitiu obrigações, as quais apresentavam as seguintes características:

	Valor Nominal	Remuneração	Rating		Maturidade
			S&P	Fitch Rating	
Class A	230.000.000	Euribor 3 meses + 0,32%	AAA	AAA	Fevereiro de 2011
Class B	19.500.000	Euribor 3 meses + 0,81%	AA-	A	Fevereiro de 2011
Class C	14.200.000	Euribor 3 meses + 1,6%	BBB	BBB	Fevereiro de 2011
Class D	30.650.000	N/A	N/A	N/A	Fevereiro de 2011
	<u>294.350.000</u>				

As obrigações Class D foram adquiridas pela Plurifinances Inc. na sua totalidade na data de emissão. A remuneração destes títulos é efectuada em função dos fundos disponíveis do veículo após ter cumprido todas as restantes obrigações decorrentes da emissão.

Considerando que, de acordo com os requisitos de avaliação da SIC 12, o Grupo detinha a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade deste veículo, esta entidade foi integrada no perímetro de consolidação na data de transição para IAS/IFRS.

Em 22 de Julho de 2005, a Plurifinances Inc. alienou os "Residual Interest Certificates" (Class D Notes) que detinha no veículo Silk Finance nº 2, pelo montante de 7.550.000 Euros. Os riscos e benefícios associados à operação foram assim transferidos para o novo adquirente entre a data da venda e a data de exercício da "clean up call" pelo Banco, ocorrida no exercício de 2006, conforme contratualmente previsto no âmbito da transferência da carteira de contratos. Em consequência desta operação, o veículo Silk Finance nº 2 não foi incluído no perímetro de consolidação do Grupo em 31 de Dezembro de 2005.

(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, em 17 de Novembro de 2005, a Multifinance Corporation Ltd. alienou a totalidade do capital social que detinha na Plurifinance Inc., representado por 15 acções ordinárias com um valor unitário de 1 Dólar Norte Americano (USD), assim como 100 acções preferenciais com um valor unitário de 1 USD, pelo respectivo valor nominal de 115 USD.

Silk Finance nº1 Limited

Em 1 de Julho de 1999, o Banco celebrou um contrato de securitização de activos com um "Special Purpose Vehicle" (SPV) - Silk Finance N.º 1 Limited sediado em Jersey. No âmbito desta operação, foram vendidos contratos de crédito para financiamento à aquisição de veículos automóveis, novos e usados, em diversas tranches com um limite de 101.200.000 Euros. O prazo da operação foi fixado em 10 anos com um período de "revolving" de 3 anos.

Para financiamento desta operação, o SPV emitiu obrigações pelo mesmo montante dos créditos cedidos, as quais apresentavam as seguintes características:

	Valor Nominal	Remuneração	Rating		Maturidade
			S&P	Fitch Rating	
Senior Notes	92.100.000	Euribor 3 meses + 0,35%	AAA	AAA	Abril de 2009
Junior Notes	9.100.000	Euribor 3 meses + 0,75%	A	A	Abril de 2009
	<u>101.200.000</u>				

Adicionalmente, o veículo emitiu Certificados Residuais ("RIC – Residual Interest Certificates"), no montante de 10.967.290 Euros, os quais foram adquiridos pela Plurifinances Inc.. A remuneração destes certificados residuais é efectuada em função dos fundos disponíveis do veículo após ter cumprido todas as restantes obrigações decorrentes da emissão.

Considerando que, de acordo com os requisitos de avaliação da SIC 12, o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade deste veículo, esta entidade foi integrada no perímetro de consolidação na data de transição para IAS/IFRS.

Em Outubro de 2005, o Banco adquiriu à Plurifinances Inc., pelo montante de 1.122.205 Euros, os RIC do Silk Finance nº 1 Limited, os quais foram integralmente reembolsados em Dezembro de 2005. Nessa data, o Banco exerceu o direito à "clean up call" tendo recomprado a carteira de crédito existente. Posteriormente, no decorrer do primeiro semestre de 2006, o veículo procedeu ao reembolso integral das "Júnior Notes", cujo valor residual em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 5.567.703 Euros (Nota 14).

Tulip Asset Purchase Company BV

Em 24 de Outubro de 1997, o Banco celebrou um contrato de securitização de activos com um "Special Purpose Vehicle" (SPV) - Tulip Asset Purchase Company BV, sediado na Holanda. No âmbito desta operação, foram vendidos os direitos sobre a componente de capital das rendas futuras de contratos de financiamento de vendas a crédito e de locação financeira de veículos automóveis novos.

Para financiamento desta operação, o SPV emitiu dívida no montante equivalente à carteira que lhe estava associada.

De acordo com a análise efectuada à data de transição para IAS/IFRS, o Grupo detinha a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade deste veículo, tendo sido integrado no perímetro de consolidação.

Em Dezembro de 2005, em conformidade com as condições contratualmente definidas no âmbito da transferência dos referidos activos, o Banco procedeu ao exercício da "clean up call", tendo recomprado a carteira de crédito existente nessa data.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Caixa	20.047	57.596
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	592.861	40.228
	-----	-----
	<u>612.908</u>	<u>97.824</u>
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Depósitos à ordem		
· No país	3.044.572	750.824
· No estrangeiro	411.733	1.946.353
	-----	-----
	<u>3.456.305</u>	<u>2.697.177</u>
Valores a cobrar	200.622	617.042
	-----	-----
	<u>3.656.927</u>	<u>3.314.219</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Valores a cobrar" respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

8. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Crédito Vincendo		
· Vendas a crédito	389.000.100	344.519.572
· Locação financeira mobiliária	219.223.729	226.689.697
· Factoring	146.237.187	141.235.990
· Aluguer de longa duração	99.927.541	124.017.365
· Créditos em conta corrente	1.243.993	676.906
· Descobertos em depósitos à ordem	1.066.470	806.078
· Outros créditos	221.543	300.669
	-----	-----
	856.920.563	838.246.277
Crédito e juros vencidos	13.809.532	12.180.467
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	881.938	735.698
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquido de receitas diferidas	12.007.924	10.726.212
	-----	-----
	883.619.957	861.888.654
Imparidade para crédito (Nota 15)	(14.902.795)	(16.417.547)
	-----	-----
	868.717.162	845.471.107
	=====	=====

O movimento das provisões e imparidades nos exercícios de 2006 e 2005 é apresentado na Nota 15.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2006</u>	(Reexpresso) <u>31-12-2005</u>
Comércio a retalho	164.286.974	160.175.858
Construção	22.094.804	23.249.174
Serviços	17.938.847	20.157.680
Comércio por grosso	14.196.716	16.152.784
Transportes e comunicações	7.184.298	7.174.625
Indústrias Extractivas	4.326.484	4.047.907
Restaurantes e hotéis	4.164.563	4.131.149
Papel, artes gráficas e editoras	3.929.757	3.628.658
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.159.170	3.576.592
Alimentação, bebidas e Tabaco	2.129.895	1.879.236
Agricultura e Silvicultura	1.952.424	2.223.477
Têxteis	1.087.824	1.127.575
Têxteis	911.392	1.036.509
Madeira e cortiça	408.530	526.588
Químicas	151.344	70.820
Electricidade, água e gás	572.538.471	552.773.984
Particulares	36.459.070	36.313.661
Outras actividades	-----	-----
	856.920.563	838.246.277
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	31-12-2006					Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Outros créditos	
Até 1 ano	16.884.592	12.142.660	146.237.187	16.384.023	2.532.006	194.180.468
De 1 a 5 anos	262.300.508	180.570.053	-	74.149.868	-	517.020.429
A mais de 5 anos	109.815.000	26.511.016	-	9.393.650	-	145.719.666
	<u>389.000.100</u>	<u>219.223.729</u>	<u>146.237.187</u>	<u>99.927.541</u>	<u>2.532.006</u>	<u>856.920.563</u>

	31-12-2005					Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Outros créditos	
Até 1 ano	11.497.525	9.736.074	141.235.990	26.136.356	1.783.653	190.389.598
De 1 a 5 anos	259.619.471	174.594.264	-	97.881.009	-	532.094.744
A mais de 5 anos	73.402.576	42.359.359	-	-	-	115.761.935
	<u>344.519.572</u>	<u>226.689.697</u>	<u>141.235.990</u>	<u>124.017.365</u>	<u>1.783.653</u>	<u>838.246.277</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	31-12-2006					Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	1.388.194	890.708	806.964	395.218	209.038	3.690.122
De 3 a 6 meses	1.038.883	554.347	969.963	330.228	294.049	3.187.470
De 6 a 12 meses	1.669.950	724.338	733.306	345.347	168.849	3.641.790
De 1 a 3 anos	382.709	232.487	-	717.251	291.688	1.624.135
Superior a 3 anos	29.502	12.499	-	1.078.584	545.429	1.666.014
	<u>4.509.238</u>	<u>2.414.379</u>	<u>2.510.233</u>	<u>2.866.628</u>	<u>1.509.053</u>	<u>13.809.531</u>

	31-12-2005 (Reexpresso)					Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	1.352.033	906.911	3.152.515	184.829	2.818	5.599.106
De 3 a 6 meses	1.057.843	520.652	239.251	78.979	132.353	2.029.078
De 6 a 12 meses	1.687.767	999.318	53.294	166.394	124.074	3.030.847
De 1 a 3 anos	559.903	242.305	-	30.134	112.368	944.710
Superior a 3 anos	322.702	95.085	-	-	158.939	576.726
	<u>4.980.248</u>	<u>2.764.271</u>	<u>3.445.060</u>	<u>460.336</u>	<u>530.552</u>	<u>12.180.467</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2006 e 2005 foram os seguintes:

	2006								
	Saldo inicial		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações		Saldo final	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Outros activos tangíveis:									
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.029.598)	-	(107.967)	-	-	-	8.408.155	(1.137.565)
Obras em imóveis arrendados	733.369	(606.505)	169.520	(48.054)	-	-	-	902.889	(654.559)
Equipamento:									
Mobiliário e material	933.086	(909.056)	2.376	(10.151)	-	-	-	935.462	(919.207)
Máquinas e ferramentas	187.898	(180.869)	735	(1.863)	-	-	-	188.633	(182.732)
Equipamento informático	4.581.364	(4.198.046)	115.928	(187.442)	-	(219)	-	4.677.073	(4.385.488)
Instalações interiores	726.915	(635.714)	8.231	(24.031)	-	-	-	735.146	(659.745)
Material de transporte	16.215	(18.008)	-	(208)	-	-	-	16.215	(16.216)
Equipamento de segurança	35.023	(28.686)	5.249	(1.312)	-	-	-	40.272	(29.998)
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	-	32.008	(32.008)
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.137)	-	(60)	-	-	-	1.226	(1.197)
	<u>15.635.259</u>	<u>(7.637.627)</u>	<u>302.039</u>	<u>(381.088)</u>	<u>-</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>15.937.079</u>	<u>(8.018.715)</u>
Activos intangíveis:									
Software	3.599.812	(3.350.511)	66.043	(123.772)	44.490	-	-	3.710.345	(3.474.283)
Imobilizações em curso	17.796	-	43.494	-	(44.490)	-	-	16.800	-
	<u>3.617.608</u>	<u>(3.350.511)</u>	<u>109.537</u>	<u>(123.772)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.727.145</u>	<u>(3.474.283)</u>
	<u>19.252.867</u>	<u>(10.988.138)</u>	<u>411.576</u>	<u>(504.860)</u>	<u>-</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>19.664.224</u>	<u>(11.492.998)</u>

	2005 (Reexpresso)							
	Saldo inicial		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Outros activos tangíveis:								
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(921.631)	-	(107.967)	-	-	8.408.155	(1.029.598)
Obras em imóveis arrendados	625.328	(557.598)	108.041	(48.907)	-	-	733.369	(606.505)
Equipamento:								
Mobiliário e material	927.998	(893.952)	5.088	(15.104)	-	-	933.086	(909.056)
Máquinas e ferramentas	182.625	(177.671)	5.273	(3.198)	-	-	187.898	(180.869)
Equipamento informático	4.277.400	(3.986.925)	283.964	(211.121)	-	-	4.561.364	(4.198.046)
Instalações interiores	684.726	(605.628)	42.189	(30.086)	-	-	726.915	(635.714)
Material de transporte	16.215	(15.177)	-	(831)	-	-	16.215	(16.008)
Equipamento de segurança	29.474	(27.383)	5.549	(1.303)	-	-	35.023	(28.686)
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	32.008	(32.008)
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.076)	-	(61)	-	-	1.226	(1.137)
	<u>15.185.155</u>	<u>(7.219.049)</u>	<u>450.104</u>	<u>(418.578)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.635.259</u>	<u>(7.637.627)</u>
Activos intangíveis:								
Software	3.310.539	(3.229.664)	271.653	(120.847)	17.620	-	3.599.812	(3.350.511)
Imobilizações em curso	-	-	35.416	-	(17.620)	-	17.796	-
	<u>3.310.539</u>	<u>(3.229.664)</u>	<u>307.069</u>	<u>(120.847)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.617.608</u>	<u>(3.350.511)</u>
	<u>18.495.694</u>	<u>(10.448.713)</u>	<u>757.173</u>	<u>(539.425)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.252.867</u>	<u>(10.988.138)</u>

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte decomposição:

	2006	(Reexpresso) 2005
Passivos por impostos correntes	(2.803.863)	(3.264.334)
Imposto do exercício a pagar	7.280	-
Activos por impostos correntes	(2.796.583)	(3.264.334)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	1.276.531	2.036.546
Passivos por impostos diferidos	(919.185)	(1.382.047)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos, líquido	357.346	654.499
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2006 e 2005, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Impostos correntes	5.711.849	3.921.697
· Do exercício	(11.793)	(890.454)
· Correções a exercícios anteriores	-----	-----
	5.700.055	3.031.243
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	297.152	1.670.831
	-----	-----
Total de impostos registados em resultados	5.997.207	4.702.074
	=====	=====
Resultados antes de impostos	18.517.491	19.537.412
	-----	-----
Carga fiscal	32,39%	24,07%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2006 e 2005, pode ser detalhada como se segue:

	<u>2006</u>		2005 (Reexpresso)	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		18.517.491		19.537.412
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	27,50%	5.092.310	27,50%	5.372.788
Diferenças permanentes				
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	2,49%	461.058	5,40%	1.055.595
Utilização de prejuízos fiscais	(0,65%)	(121.221)	0,00%	-
Outras diferenças permanentes	0,35%	64.390	(1,88%)	(367.124)
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	-	-	(4,13%)	(806.975)
Benefícios fiscais	-	-	0,69%	134.650
Efeito da alteração da taxa de imposto	0,17%	30.952	0,00%	-
Outros	2,60%	481.511	1,04%	203.594
	-----	-----	-----	-----
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	32,45%	6.009.000	28,62%	5.592.528
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores	(0,06%)	(11.793)	(4,56%)	(890.454)
	-----	-----	-----	-----
Impostos sobre os lucros em resultados	32,39%	5.997.207	24,07%	4.702.074

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006					Saldos em 31-12-2006
	Saldos em 31-12-2005	Reforços	Realizações/anulações	Alteração da taxa	Outros movimentos	
Activos por impostos diferidos						
Imparidade sobre crédito concedido	2.036.546	216.012	(910.387)	(65.639)	(1)	1.276.531
Total de activos por impostos diferidos	2.036.546	216.012	(910.387)	(65.639)	(1)	1.276.531
Passivos por impostos diferidos						
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(1.382.047)	-	428.175	34.687	-	(919.185)
Total de passivos por impostos diferidos	(1.382.047)	-	428.175	34.687	-	(919.185)
Saldo líquido	654.499	216.012	(482.212)	(30.952)	(1)	357.346

	2005 (Reexpresso)					Saldos em 31-12-2005
	Saldos em 01-01-2005	Ajustamentos de transição IAS/IFRS (Nota 4)	Reforços	Realizações/anulações	Outros movimentos (Nota 2.3)	
Activos por impostos diferidos						
Imparidade sobre crédito concedido	-	1.827.977	208.569	-	-	2.036.546
Instrumentos financeiros derivados	-	972.038	-	(972.038)	-	-
Benefícios a empregados	-	118.250	-	(118.250)	-	-
Outros	-	942.239	-	(942.239)	-	-
Total de activos por impostos diferidos	-	3.860.504	208.569	(2.032.527)	-	2.036.546
Passivos por impostos diferidos						
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	-	(152.351)	(189.709)	152.352	(1.192.339)	(1.382.047)
Outros	-	(190.483)	-	190.482	1	-
Total de passivos por impostos diferidos	-	(342.834)	(189.709)	342.834	(1.192.338)	(1.382.047)
Saldo líquido	-	3.517.670	18.860	(1.689.693)	(1.192.338)	654.499

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a taxa nominal de imposto aplicável ao Banco e às suas filiais em Portugal foi de 27,5%. Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007, o apuramento da derrama passará a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício. Até ao final do exercício de 2006, o valor da derrama correspondia a 10% sobre a colecta.

Em função da referida alteração, o Banco e as suas filiais, quando aplicável, consideraram no apuramento de impostos diferidos activos e passivos reversíveis em exercícios futuros, uma taxa nominal de imposto de 26,5%, tendo em consequência deste facto reconhecido um custo no exercício de 2006 no montante de 30.952 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a reconciliação entre a taxa de imposto corrente do exercício e o valor do imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	2006	(Reexpresso) 2005
Imposto corrente do exercício	5.711.849	3.921.697
Pagamento especial por conta	(2.907.986)	(652.310)
Outros	-	(5.053)
Imposto sobre o rendimento a pagar	2.803.863	3.264.334

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

11. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Outros activos		
· Imposto a recuperar	16.573.519	28.775.639
· Aplicações por recuperação de créditos	1.884.049	1.746.329
· Devedores diversos	2.730.766	2.883.535
	-----	-----
	21.188.334	33.405.503
Valores diversos a regularizar	1.783.953	1.173.420
Rendimentos a receber		
· Comissões e outros valores a receber	519.777	306.958
Despesas com encargos diferidos	491.877	432.325
	-----	-----
	23.983.941	35.318.206
Imparidade		
Impostos a recuperar	(1.183.407)	-
Aplicações por recuperação de créditos	(1.392.453)	(1.597.876)
Outros activos	(2.011.236)	(680.925)
	-----	-----
	(4.587.096)	(2.278.801)
	-----	-----
	19.396.845	33.039.405
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Impostos a recuperar" inclui 16.148.866 Euros e 27.473.823 Euros, respectivamente, relativos a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. No exercício de 2006, o valor dos reembolsos solicitados pela IT Car, no montante de 11.247.900 Euros, foram integralmente liquidados a esta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor da imparidade constituída para estes activos ascende a 1.183.407 Euros e 856.996 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao respectivo valor de realização nessas datas. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor da imparidade encontra-se reflectido no passivo na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os montantes registados em "Aplicações por recuperação de créditos", correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos no exercício, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (Reexpresso)	1.746.329
Recuperações	889.004
Alienações	(715.947)
Outros	(35.337)

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.884.049
	=====

O movimento na imparidade das rubricas de "Outros activos" nos exercícios de 2006 e 2005 é apresentado na Nota 15.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Descobertos em depósitos em à ordem	24.381.400	30.954.050
Depósitos e outros recursos	679.000.000	630.000.000
Juros a pagar	8.857.875	3.107.698
	-----	-----
	712.239.275	664.061.748
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Descobertos em depósitos à ordem inclui um montante de 24.380.930 Euros, relativos a descobertos mantidos junto do Banco Santander Totta, S.A..

13. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Depósitos à ordem	1.542.355	1.043.981
Cheques e ordens a pagar	2.620.181	2.297.341
	-----	-----
	4.162.536	3.341.322
Juros a pagar	556.566	12.742
Depósitos à ordem	-----	-----
	4.719.101	3.354.064
	=====	=====

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

14. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica referia-se a empréstimos obrigacionistas associados à operação de Securitização Silk Finance n.º 1 Limited (Nota 5), cujo montante ascendia a 5.567.703 Euros. Estas obrigações foram integralmente amortizadas no decorrer do primeiro semestre de 2006.

As obrigações venciam juros trimestral e postecipadamente nos dias vinte de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada exercício, a uma taxa equivalente à Euribor a três meses adicionada de 0,75%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

15. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

No exercício de 2006 e 2005 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2006						Recuperações de juros e encargos
	Saldos em 31.12.2005	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2006	
Imparidade para crédito (Nota 8)	16.417.547	16.739.912	(12.838.838)	(7.182.032)	1.766.207	14.902.795	(6.821.648)
Imparidade de outros activos:					1.183.407	1.183.407	-
Impostos a recuperar (Nota 11)	-	-	-	-	(558.693)	2.011.236	-
Devedores e outros activos (Nota 11)	680.925	2.439.995	(34.025)	(516.966)	23.735	1.392.453	-
Aplicações por recuperação de créditos (Nota 11)	1.597.876	2.752.506	(2.981.664)	-	648.449	4.587.096	-
	2.278.801	5.192.501	(3.015.689)	(516.966)	-	-	-
Provisões	1.006.996	326.411	(4.403)	-	(1.179.004)	150.000	-
	19.703.344	22.258.823	(15.858.930)	(7.698.997)	1.235.652	19.639.891	(6.821.648)

	2005 (Reexpresso)						Recuperações de juros e encargos
	Saldo em 01.01.2005	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2005	
Imparidade para crédito (Nota 8)	13.036.256	25.902.283	(14.358.766)	(7.805.706)	(356.520)	16.417.547	(3.902.097)
Imparidade de outros activos:					-	681.020	-
Devedores e outros activos (Nota 11)	436.707	519.599	(275.286)	-	-	1.597.876	-
Aplicações por recuperação de créditos (Nota 11)	985.894	3.198.598	(2.943.136)	-	356.520	2.278.896	-
	1.422.601	3.718.197	(3.218.422)	-	356.520	-	-
Provisões	861.129	150.000	-	(4.133)	-	1.006.996	-
	15.319.986	29.770.480	(17.577.188)	(7.809.839)	-	19.703.439	(3.902.097)

No exercício de 2006, os "Outros movimentos" na rubrica de "Imparidade para crédito" incluem 1.230.514 Euros referentes à imparidade dos contratos adquiridos no âmbito do exercício da "Clean up call" das operações de securitização Silk Finance nº 2 (Nota 5). Os créditos adquiridos ao veículo no âmbito desta operação foram registados em balanço pelo seu valor nominal, líquido de imparidade acumulada.

16. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	(Reexpresso) 2005
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 01/11"	-	5.000.000
Juros a pagar	169.456	140.529
	-----	-----
	15.169.456	20.140.529
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, com um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,75%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Após o quinto ano, o Banco poderá efectuar o reembolso desta emissão, ao par ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal. Caso esta opção não seja exercida, a remuneração das obrigações a partir dessa data corresponderá ao mesmo indexante acrescido de 1,25%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 01/11” foram emitidas em 28 de Abril de 2001, com um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2011. Estas obrigações venciam juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,75 %. Os juros eram pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 28 de Abril de 2006 o Banco exerceu a opção de reembolso antecipado das obrigações pelo seu valor nominal, conforme previsto nas respectivas condições de emissão.

17. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Valores a pagar ao Estado:		
· Imposto do Selo	343.190	300.290
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	777.112	2.120.996
· Contribuições para a Segurança Social	125.123	383.996
· Retenção de impostos na fonte	113.868	188.735
· Outros	899	67.109
	-----	-----
	1.359.324	3.061.126
Credores:		
· Credores por contratos de factoring	44.198.357	72.994.098
· Cauções recebidas – contratos de ALD	19.672.467	29.654.355
· Fornecedores conta corrente	2.381.465	1.238.293
· Facturas em recepção e conferência	1.506.514	668.112
· Outros credores	1.404.438	2.153.333
	-----	-----
	69.163.241	106.708.191
Operações passivas a regularizar	4.393.404	2.909.114
Encargos a pagar:		
· Gastos gerais administrativos	3.485.516	4.507.051
· Acordos de participação	2.738.421	3.780.439
· Seguros a pagar	1.158.032	1.218.099
· Acréscimos de custos para férias e subsídio de férias	707.916	994.650
· Bónus a distribuir aos colaboradores	600.000	374.245
· Outros encargos a pagar	177.477	-
	-----	-----
	8.867.362	10.874.484
Receitas com rendimento diferido	339.023	698.751
	-----	-----
	84.122.971	124.251.666
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas, a qual apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Factoring sem recurso - Aderentes:		
· SIVA	24.466.413	51.643.997
· Seat	11.313.846	10.197.405
· Mitsubishi	8.163.449	10.661.775
· Outros	254.649	490.921
	-----	-----
	44.198.357	72.994.098
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD”, respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início de uma operação de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco ao cliente, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem locado deduzido dos pagamentos realizados antecipadamente.

A rubrica “Encargos a pagar – acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os encargos e proveitos obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função de um conjunto de operações e condições previamente acordadas entre as partes.

18. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social do Banco estava representado por 37.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social era detido pelas seguintes entidades:

	<u>Número de de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	18.750.500	50,001%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA	18.749.499	49,998%
BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	1	0,001%
	-----	-----
	37.500.000	100,000%
	=====	=====

Em Janeiro de 2006 foi concluído o processo de alienação de 50,001% da participação detida pela Sociedade BCP Empresas, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. no capital social do Banco, à Santander Consumer Finance, S.A. (entidade financeira sediada em Espanha e inserida no Grupo Santander).

19. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Outros instrumentos de capital” ascende a 14.963.937 Euros e respeita ao valor das prestações acessórias não remuneradas concedidas ao Banco em Dezembro de 2000, com o objectivo de financiamento da sua actividade. As prestações acessórias foram realizadas pelos então accionistas do Banco, BCP Empresas, SGPS, Sociedade Unipessoal Lda. e SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, S.A., pelo montante de 7.481.968 Euros cada. Em consequência da alienação da participação detida no Banco pelo BCP Empresas, SGPS, Sociedade Unipessoal Lda. à Santander Consumer Finance, S.A., a posição detida por esta Sociedade foi igualmente vendida ao actual accionista.

Conforme descrito na Nota 32, o Banco deliberou o aumento do seu capital social em 29.092.047 Euros em Assembleia Geral de accionistas realizada em 2 de Janeiro de 2007, o qual foi parcialmente realizado em espécie mediante conversão dos créditos relativos a prestações acessórias em capital.

(Montantes expressos em Euros)

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Reserva Legal	6.486.257	5.385.982
Outras Reservas	118.978	118.978
Resultados Transitados	10.125.572	(3.609.492)
	-----	-----
	16.730.807	1.895.468
	=====	=====

21. RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Resultado líquido individual das entidades incluídas no perímetro de consolidação:		
Banco Santander Consumer Portugal	11.729.706	11.002.749
IT Car – Aluguer e Comércio de Automóveis	646.256	(2.150.237)
Polyfinances Holding Ltd	(61.385)	4.293.956
Polyfinances S.A.	(26.260)	4.274.954
Multifinance Corporation Ltd	(13.381)	2.802.399
Plurifinances Inc	-	9.888.317
Tapco	-	8.988.606
Silk Finance nº 1	-	1.914.631
Silk Finance nº 2	-	1.383.003
	-----	-----
	12.274.936	42.398.378
Ajustamentos de consolidação:		
Dividendos recebidos de entidades do Grupo	-	(34.799.639)
Anulação da menos valia gerada na venda dos "RIC" Silk nº 2	-	1.957.817
Anulação da amortização dos "RIC" emitidos no âmbito de operações de securitização	-	4.709.081
Outros	245.348	569.701
	-----	-----
	12.520.284	14.835.338
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

22. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Garantias prestadas	773.137	773.137
Garantias recebidas	5.319.696	5.319.696
Compromissos perante terceiros	3.059.913	2.581.619
Garantias reais	99.110.632	71.710.835
Activos cedidos em operações de titularização	-	35.980.788
Outras contas extrapatrimoniais		
· Créditos abatidos ao activo	66.000.942	63.624.285
· Juros e despesas de crédito vencidos anulados	7.484.100	7.047.141
· Rendas vincendas		
- De contratos sem rendas em atraso	260.177.541	283.428.740
- De contratos com rendas em atraso	52.136.770	56.773.549
· Valores residuais		
- De contratos sem rendas em atraso	37.641.549	45.473.102
- De contratos com rendas em atraso	7.520.026	11.830.337

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2006 e 2005, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Juros e proveitos similares		
· Juros de financiamento de vendas a crédito	39.259.537	44.889.610
· Juros de crédito em locação	23.346.048	27.576.920
· Juros de adiantamentos de factoring	3.152.414	2.981.475
· Comissões de abertura de contrato	2.356.235	965.115
· Outros juros e proveitos	157.992	2.399.739
	-----	-----
	68.272.226	78.812.859
	-----	-----
Juros e custos similares		
· Juros de recursos de instituições de crédito	21.524.487	13.877.206
· Comissões		
- De intermediação	6.936.351	7.035.257
- Rappel	3.621.100	3.508.092
· Acordos de participação	2.944.894	2.614.331
· Juros de obrigações de caixa	-	5.604.852
· Juros de empréstimos subordinados	612.890	981.948
· Juros de depósitos de outros residentes	272.613	102.003
· Juros de operações de factoring	151.059	107.202
	-----	-----
	36.063.394	33.830.891
	-----	-----
Margem Financeira	32.208.832	44.981.968
	=====	=====

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2006 e 2005, os Rendimentos e encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Recebimentos de serviços e comissões		
· Operações de factoring	1.782.815	1.729.989
· Comissões de colocação de seguros	1.043.150	-
· Comissões por prestação de serviços	721.727	-
· Operações de securitização	161.476	553.861
· Garantias prestadas	5.799	13.280
· Outros proveitos de comissões	120.705	38.696
	-----	-----
	3.835.672	2.335.826
	-----	-----
Encargos com serviços e comissões		
· Por serviços bancários de terceiros	528.473	665.840
· Comissões de colocação de seguros	249.480	-
· Comissões de apoio fixo por contrato	414.574	310.760
· Outros custos com comissões	77.516	1.071.090
	-----	-----
	1.270.043	2.047.690
	-----	-----
	2.565.629	288.136
	=====	=====

No exercício de 2006, a rubrica "Recebimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo BSCP de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento de crédito. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores, são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Lucros em operações financeiras:		
· Ganhos em instrumentos financeiros derivados	17.047	15.094.957
· Outros ganhos em operações financeiras	-	1.887.388
	-----	-----
	17.047	16.982.345
	-----	-----
Prejuízos em operações financeiras:		
· Perdas em instrumentos financeiros derivados	9.760	15.699.449
· Outros prejuízos financeiros	705.601	97.197
	-----	-----
	715.631	15.796.646
	-----	-----
	(698.314)	1.185.699
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros)

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Outros proveitos de exploração:		
· Prestação de serviços	517.182	419.789
· Mais-valias em bens de locação financeira	1.510.620	1.054.034
· Outros	2.435.030	5.407.832
	-----	-----
	4.462.832	6.881.655
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
· Menos-valias em bens de locação financeira	1.102.544	1.215.524
· Outros custos de exploração	824.652	3.234.917
· Outros impostos	274.605	246.525
	-----	-----
	2.201.801	4.696.966
	-----	-----
	2.261.031	2.184.689
	=====	=====

No exercício de 2005, a rubrica "Outros proveitos de exploração - outros", inclui 3.091.879 Euros relativos a rendimentos com despesas e juros vencidos em operações de crédito cobrados a clientes, as quais, no exercício de 2006, foram reclassificadas para a rubrica de "Imparidade de Crédito" (Nota 15).

27. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	(Reexpresso) <u>2005</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão	182.980	182.980
· Remunerações dos empregados	5.068.296	5.604.694
	-----	-----
	5.251.276	5.787.674
Encargos Sociais:		
· Segurança Social	1.005.799	1.135.957
· Outros encargos	490.293	415.317
	-----	-----
	1.496.092	1.551.274
Outros custos com o pessoal:		
· Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	767.465	510.000
· Indemnizações contratuais	510.531	24.461
· Comparticipação juros crédito habitação	336.999	340.110
· Outros	329.340	109.176
	-----	-----
	1.944.336	983.747
	-----	-----
	8.691.703	8.322.695
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de efectivos ao serviço das empresas do Grupo era o seguinte:

Direcção	5
Quadros superiores	30
Quadros técnicos	91
Administrativos	63

	189
	====

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	(Reexpresso) 2005
Serviços especializados:		
· Recuperação de valores e viaturas	1.527.942	1.595.391
· Subcontratação de pessoal	946.880	2.796.286
· Advocacia	575.696	689.625
· Informática	449.114	367.301
· Assistência e software	127.467	217.273
· Segurança e vigilância	207.151	206.801
· Outros serviços especializados	647.938	829.178
Rendas e alugueres	918.280	854.402
Comunicação	819.836	843.932
Publicidade	782.251	850.327
Seguros, serviços judiciais e contencioso	594.015	740.324
Conservação e reparação	431.362	492.581
Avenças e honorários	242.189	624.881
Água, energia e combustíveis	212.535	194.930
Deslocações, estadas e representações	169.637	139.943
Material de consumo corrente	96.117	124.458
Encargos com emissão de obrigações	28.293	60.920
Encargos com formação	34.824	46.597
Outros fornecimentos e serviços	235.609	274.615
	-----	-----
	9.047.136	11.949.765
	=====	=====

No exercício de 2005, a rubrica "Serviços especializados – Subcontratação de pessoal" inclui 1.671.666 Euros relativos a custos de cedência de pessoal ao Banco debitados pelo Grupo Banco Comercial Português, os quais foram descontinuados no âmbito do processo de reestruturação accionista ocorrido em 2006.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

29. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a concessionários para aquisição de "stocks" e "Factoring".
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2006 e 2005, foi a seguinte:

	2006				2005 (Reexpresso)			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	65.086.504	3.185.722	-	68.272.226	75.804.900	3.007.959	-	78.812.859
Juros e encargos similares	(33.242.947)	(2.820.447)	-	(36.063.394)	(29.505.101)	(1.711.459)	-	(31.216.560)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	2.257	2.257	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	1.932.152	1.782.815	120.705	3.835.672	567.141	1.729.989	38.696	2.335.826
Encargos com serviços e comissões	(664.054)	-	(605.989)	(1.270.043)	(310.760)	-	(1.736.930)	(2.047.690)
Resultados em operações financeiras	-	-	(698.314)	(698.314)	-	-	1.185.699	1.185.699
Outros resultados de exploração	408.076	-	1.852.955	2.261.031	(161.490)	-	(268.152)	(429.642)
Produto da Actividade Bancária	33.519.731	2.148.090	671.614	36.339.435	46.394.690	3.026.489	(780.687)	48.640.492
Outros custos e proveitos	-	-	-	(23.819.151)	-	-	-	(33.805.154)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	12.520.284	-	-	-	14.835.338
Crédito a clientes (líquido)	721.984.796	146.732.388	-	868.717.182	703.778.440	141.692.667	-	845.471.107
Activo líquido total	721.984.796	146.779.384	33.074.699	901.838.879	703.778.440	141.741.896	46.703.494	892.223.830
Recursos de outras instituições de crédito	620.711.690	91.527.585	-	712.239.275	606.450.692	57.611.056	-	664.061.748
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.719.101	-	-	4.719.101	3.354.064	-	-	3.354.064

30. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	Santander Consumer Finance S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Multirent, S.A.	Total
Balanço				
<i>Activos</i>				
Crédito a clientes	-	-	151.941	151.941
Outros activos	-	-	178.057	178.057
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras Instituições de Crédito	(687.857.875)	(24.380.930)	(24.380.930)	(736.619.735)
Recursos de clientes	-	-	(440.697)	(440.697)
Empréstimos subordinados	(15.169.456)	-	-	(15.169.456)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	-	-	789.043	789.043
Juros e encargos similares	(21.147.247)	-	-	(21.147.247)
Outros resultados de exploração	-	-	87.160	87.160
Gastos gerais administrativos	(19.914)	-	-	(19.914)

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Grupo nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros)

31. GESTÃO DE RISCO**Risco de crédito**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a exposição a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2006			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	3.656.927	3.656.927	-	3.656.927
Crédito a clientes	870.730.095	883.619.957	(14.902.795)	868.717.162
	<u>874.387.022</u>	<u>887.276.884</u>	<u>(14.902.795)</u>	<u>872.374.089</u>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	773.137	773.137	(7.731)	765.406
Compromissos Irrevogáveis	3.059.913	3.059.913	(36.347)	3.023.566
	<u>3.833.050</u>	<u>3.833.050</u>	<u>(44.078)</u>	<u>3.788.972</u>
2005 (Reexpresso)				
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	3.314.219	3.314.219	-	3.314.219
Crédito a clientes	850.426.744	861.888.654	(16.417.547)	845.471.107
	<u>853.740.963</u>	<u>865.202.873</u>	<u>(16.417.547)</u>	<u>848.785.326</u>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	773.137	773.137	(7.731)	765.406
Compromissos Irrevogáveis	2.581.619	2.581.619	(31.724)	2.549.895
	<u>3.354.756</u>	<u>3.354.756</u>	<u>(39.455)</u>	<u>3.315.301</u>

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2006						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	612.908	-	-	-	-	-	612.908
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.656.927	-	-	-	-	-	3.656.927
Crédito a clientes (Saldos brutos)	17.056.712	106.306.599	83.705.019	217.518.075	299.502.353	145.719.668	869.810.426
	<u>21.326.547</u>	<u>106.306.599</u>	<u>83.705.019</u>	<u>217.518.075</u>	<u>299.502.353</u>	<u>145.719.668</u>	<u>874.080.261</u>
<i>Passivo</i>							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(33.239.275)	(90.000.000)	(215.000.000)	(324.000.000)	(50.000.000)	-	(712.239.275)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.719.101)	-	-	-	-	-	(4.719.101)
Passivos subordinados	(189.456)	-	-	-	-	(15.000.000)	(15.189.456)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(43.787.655)	(410.702)	-	-	-	(44.198.357)
Cauções recebidas - contratos de ALD	(134.420)	(2.182.650)	(5.629.089)	(7.565.838)	(3.404.881)	(755.589)	(19.672.467)
	<u>(38.262.252)</u>	<u>(135.970.305)</u>	<u>(221.039.791)</u>	<u>(331.565.838)</u>	<u>(53.404.881)</u>	<u>(15.755.589)</u>	<u>(795.998.656)</u>
Diferencial	<u>(16.933.705)</u>	<u>(29.663.706)</u>	<u>(137.334.772)</u>	<u>(114.047.763)</u>	<u>246.097.472</u>	<u>129.964.079</u>	<u>78.081.605</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros)

	2005 (Reexpresso)						Total
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	97.824	-	-	-	-	-	97.824
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.314.219	-	-	-	-	-	3.314.219
Crédito a clientes (Saldo brutos)	17.657.912	94.619.172	86.157.991	223.900.269	311.610.909	115.761.934	849.708.187
	<u>21.069.955</u>	<u>94.619.172</u>	<u>86.157.991</u>	<u>223.900.269</u>	<u>311.610.909</u>	<u>115.761.934</u>	<u>853.120.230</u>
Passivo							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(34.061.748)	(75.000.000)	(90.000.000)	(465.000.000)	-	-	(664.061.748)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.354.064)	-	-	-	-	-	(3.354.064)
Títulos de Dívida emitidos	(5.567.703)	-	-	-	-	-	(5.567.703)
Passivos subordinados	(140.529)	-	-	-	-	(20.000.000)	(20.140.529)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(72.994.098)	-	-	-	-	(72.994.098)
Cauções recebidas - contratos de ALD	(1.827.037)	(2.914.273)	(9.099.480)	(11.835.245)	(3.970.753)	(7.567)	(29.654.355)
	<u>(44.951.081)</u>	<u>(150.908.371)</u>	<u>(99.099.480)</u>	<u>(476.835.245)</u>	<u>(3.970.753)</u>	<u>(20.007.567)</u>	<u>(795.772.497)</u>
Diferencial	<u>(23.881.126)</u>	<u>(56.289.199)</u>	<u>(12.941.489)</u>	<u>(252.934.976)</u>	<u>307.640.156</u>	<u>95.754.367</u>	<u>57.347.733</u>

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	31-12-2006				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Indeterminado	Total
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	20.047	592.861	612.908	-	612.908
Disponibilidades em outras instituições de crédito	200.622	3.456.305	3.656.927	-	3.656.927
Crédito a clientes (saldo brutos)	400.856.396	466.918.476	867.774.872	15.845.085	883.619.957
	<u>401.077.065</u>	<u>470.967.642</u>	<u>872.044.707</u>	<u>15.845.085</u>	<u>887.889.792</u>
Passivos					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(522.000.000)	(180.239.275)	(712.239.275)	-	(712.239.275)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.620.181)	(2.098.920)	(4.719.101)	-	(4.719.101)
Passivos subordinados	-	(15.169.456)	(15.169.456)	-	(15.169.456)
Outros passivos financeiros	(19.672.467)	(44.198.357)	(63.870.824)	-	(63.870.824)
	<u>(544.292.648)</u>	<u>(251.706.008)</u>	<u>(795.998.656)</u>	<u>-</u>	<u>(795.998.656)</u>
Exposição Líquida	<u>(143.215.583)</u>	<u>219.261.634</u>	<u>76.046.051</u>	<u>15.845.085</u>	<u>91.891.136</u>
31-12-2005 (Reexpresso)					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Indeterminado	Total
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	57.596	40.228	97.824	-	97.824
Disponibilidades em outras instituições de crédito	617.042	2.697.177	3.314.219	-	3.314.219
Crédito a clientes (saldo brutos)	411.158.147	438.550.040	849.708.187	12.180.467	861.888.654
	<u>411.832.785</u>	<u>441.287.445</u>	<u>853.120.230</u>	<u>12.180.467</u>	<u>865.300.697</u>
Passivos					
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(664.061.748)	(664.061.748)	-	(664.061.748)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.297.341)	(1.056.723)	(3.354.064)	-	(3.354.064)
Títulos de dívida emitidos	-	(5.567.703)	(5.567.703)	-	(5.567.703)
Passivos subordinados	-	(20.140.529)	(20.140.529)	-	(20.140.529)
Outros passivos financeiros	(29.654.355)	(72.994.098)	(102.648.453)	-	(102.648.453)
	<u>(31.951.696)</u>	<u>(763.820.801)</u>	<u>(795.772.497)</u>	<u>-</u>	<u>(795.772.497)</u>
Exposição Líquida	<u>379.881.089</u>	<u>(322.533.356)</u>	<u>57.347.733</u>	<u>12.180.467</u>	<u>69.528.200</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- O crédito vencido foi classificado na coluna de "Indeterminado";
- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de "taxa fixa".

Justo Valor

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Conselho de Administração do Banco entende que o justo valor dos instrumentos financeiros activos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor.

32. OUTROS ASSUNTOS

Em 2 de Janeiro de 2007, por deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral do então denominado Interbanco, S.A., foi decidida a realização de um aumento do capital social do Banco no montante de 29.092.947 Euros, mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro cada. Esta deliberação, efectuada no âmbito de um processo de crescimento concertado do Santander Consumer em Portugal, que procedeu à concentração de todas as suas actividades no Banco, o qual, a partir do dia 2 de Janeiro de 2007 passou a integrar as Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer E.F.C., S.A., foi concretizada do seguinte modo:

- i) Pelo accionista Santander Consumer Finance, S.A., detentor de 50,001% do capital social, no montante de 7.943.968 Euros, mediante a subscrição de 7.943.968 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, conforme descrito abaixo:
 - Conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
 - Transferência patrimonial dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal em Portugal, Santander Consumer Finance (Sucursal em Portugal), cuja actividade consiste no financiamento por cartão de crédito. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, avaliados em 462.000 Euros, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no Balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão, conforme disposto no artigo 3º do artigo 68º do Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas.
- ii) Pelo accionista Sag Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., detentor de 49,998% do capital social, no montante de 7.887.679 Euros, mediante a subscrição de 7.887.679 acções, a realizar conforme descrito abaixo:
 - Em espécie, através da conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
 - Em numerário, pelo montante remanescente do capital subscrito, no valor de 405.711 Euros.
- iii) Pelo Santander Consumer, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A., no montante de 13.261.300 Euros, mediante a subscrição de 13.261.300 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, realizadas através da transferência para o Banco dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal em Portugal, Santander Consumer Establecimiento Financiero de Crédito (Sucursal em Portugal), cuja actividade consiste na concessão de crédito ao consumo e financiamento automóvel. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, avaliados pelo referido montante da subscrição realizada, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão, conforme disposto no artigo 3º do artigo 68º do Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas.

Na mesma data, em resultado da referida deliberação, o Banco procedeu à alteração da sua denominação social para a actual. A estrutura accionista do Banco após a realização do aumento do Capital Social apresenta a seguinte composição:

	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	26.694.468	40,085%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA	26.637.178	40,000%
Santander Consumer Establecimiento Financeiro de Crédito, S.A.	13.261.300	19,914%
BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	1	0,001%
	<u>66.592.947</u>	<u>100,000%</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Banco inserido no Grupo Santander e anteriormente denominado Interbanco, S.A.) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

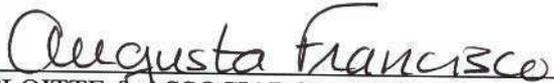
Ao longo do exercício de 2006 acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais das suas subsidiárias, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual contém três ênfases.

Face ao exposto somos de opinião que, após considerado o descrito nos parágrafos 5 a 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 7 de Maio de 2007


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Banco inserido no Grupo Santander e anteriormente denominado Interbanco, S.A.) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

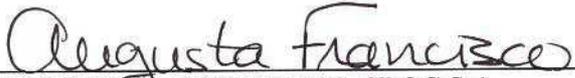
Ao longo do exercício de 2006 acompanhamos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais das suas subsidiárias, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual contém três ênfases.

Face ao exposto somos de opinião que, após considerado o descrito nos parágrafos 5 a 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

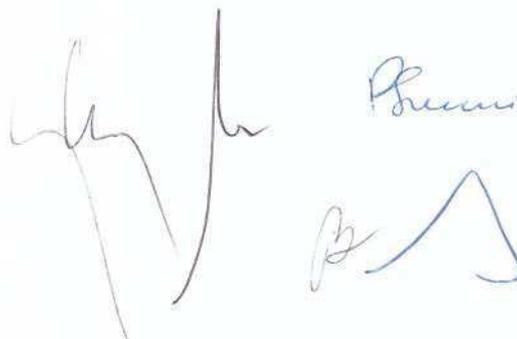
Lisboa, 7 de Maio de 2007


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Síntese da Actividade do Exercício
Enquadramento Macro-económico
O Modelo de Negócio
Mercados Automóvel e de Financiamento
Evolução Global do Negócio
Actividade dos Canais e Redes de Distribuição
Evolução das Demonstrações Financeiras
Gestão Financeira
Gestão de Risco
Recuperação de Crédito
Operações
Sistemas de Informação e Controlo de Qualidade
Recursos Humanos
Proposta de Aplicação de Resultados

The image shows two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is a stylized, cursive script. The signature on the right is also cursive and includes the word 'Pereira' written in a larger, more legible font above the main signature.

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

No ano de 2006 as envolventes internas e externas influenciaram significativamente a actividade do Interbanco. Por um lado a alteração da composição accionista, com a entrada no capital do Interbanco pelo Santander Consumer Finance, a 10 de Janeiro, e com a preparação da integração das antigas sucursais do Santander Consumer Finance em Portugal, o que veio a acontecer no dia 2 de Janeiro de 2007.

Assim sendo, no decorrer de 2006 a gestão operacional do Interbanco foi-se alterando com o objectivo de iniciar um processo de integração do modelo operacional na gestão da sociedade, movendo-a de uma filosofia mono produto para um modelo de negócio multi produto (não obstante a actividade de 2006 do Interbanco, enquanto tal, se cingir ao financiamento automóvel). De salientar que a evolução da integração operacional das ditas sucursais veio gradualmente a beneficiar o Interbanco, em termos da sua eficiência operacional, através da redução de custos de pessoal e fornecimento e serviços externos.

Por outro lado, em 2006, e conforme expectativas iniciais, a ligeira recuperação de alguns indicadores macro-económicos não afectou o consumo privado nem a confiança do consumidor, com consequências negativas para o negócio de venda de automóveis novos, essencial para o desenvolvimento positivo da carteira do Interbanco. De facto as vendas do retalho automóvel, cujo decréscimo já conhecido se situou -5,1% afectaram negativamente o volume anual de capital financiado de automóveis novos.

Sendo a posição do Interbanco de liderança, neste segmento, beneficiando de uma quota de mercado do financiamento no ponto de venda acima dos 20%, foi essencial evoluir o modelo comercial para uma estrutura que melhor reflectisse e servisse tanto as necessidades dos seus clientes originais como dos provenientes das sucursais do Santander Consumer Finance e se posicionasse para poder iniciar o processo de expansão no segmento tradicional de automoveis usados (canal de Não Franchidados).

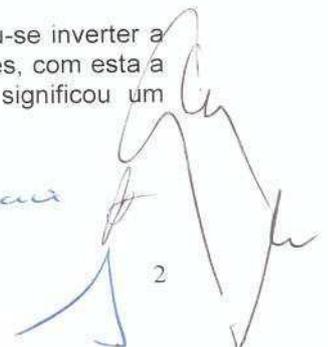
Foi neste contexto que o Interbanco atingiu um volume anual de capital financiado de 297.874 milhares de euros – um decréscimo de 3.8% face ao ano anterior – resultado dos bons níveis de envolvimento e aderência alcançados, que lhe terão permitido, inclusive, ganhar (alguma) quota de mercado no segmento de viaturas novas (agregado das viaturas ligeiras de passageiros e comerciais). Concorreu para a performance alcançada a aposta empreendida no desenvolvimento e aprofundamento de diversas parcerias comerciais, assentes em modelos de relacionamento sustentáveis e mutuamente vantajosos, muito embora se tenha verificado uma evolução de vendas menos positiva em alguns dos principais parceiros de negócio do Banco.

A evolução positiva no segmento de Não Franchidados teve como corolário um crescimento superior a 30% no segundo semestre de 2006, em comparação com igual período de 2005, resultante da alteração do modelo comercial e do re-posicionamento da sua proposta de valor para este segmento de negócio, diferenciando-a da do financiamento no canal de concessionarios de marca.

Como actividade assessória, foi redefinida toda a vertente seguradora, apresentando um crescimento superior a 160%, atingindo no final de 2006 níveis de penetração de apólices de seguro, em contratos de financiamento, acima dos 50%.

Não obstante o decréscimo verificado ao nível do volume de negócios, conseguiu-se inverter a tendência de quebra na carteira de crédito que vinha ocorrendo em anos anteriores, com esta a cifrar-se no final exercício de 2006, em 868.651 milhares de euros, o que significou um crescimento de 2,7% face ao período homólogo.

Phuara

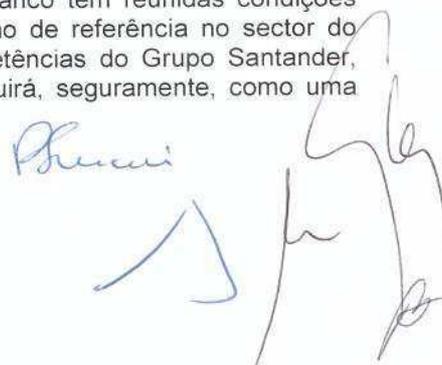


2

Manteve-se a prioridade dada ao controlo da margem financeira e dos riscos operacionais e de crédito bem como à obtenção de bons níveis de eficiência na recuperação da carteira vencida. Os resultados líquidos atingiram 12.250 milhares de euros, 15,6% abaixo dos resultados pró-forma alcançados em 2005, assegurando uma remuneração média dos capitais próprios de 16,6% e uma remuneração média do activo de 1,4%.

Os resultados líquidos recorrentes do Interbanco aumentaram 1.389 milhares de euros em 2006, equivalente a 12,5%, fruto de dois factores de ordem distinta. Por um lado, o controlo da margem financeira, da evolução positiva da actividade seguradora, das sinergias com as estruturas do Santander Consumer, que se reflectiram numa redução de 2.568 milhares de euros de despesas correntes, mantendo-se a delinquência a níveis muito baixos e com uma gestão adequada da equação preço-risco em cada segmento. Por outro lado, no exercício de 2005 concorreram de forma positiva diversos factores de carácter não recorrente, nomeadamente mais-valias na alienação de Residual Interest Certificates de operações de titularização e o justo valor dos derivados.

Após a integração das antigas sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance SA e do Santander Consumer EFC SA, que se consumou nos primeiros dias de Janeiro de 2007, e que ditaram alterações formais na sua estrutura accionista, o Interbanco tem reunidas condições para, por um lado, consolidar a sua posição enquanto instituição de referência no sector do financiamento automóvel e, por outro lado, incorporando competências do Grupo Santander, alargar a sua oferta de produtos no mercado, o que se constituirá, seguramente, como uma oportunidade de valorização e desenvolvimento do Banco.



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A. Enquadramento Internacional

Apesar da deterioração da envolvente macroeconómica, decorrente do encarecimento do financiamento e das matérias-primas (com destaque para o preço do petróleo), a actividade económica mundial continuou a expandir-se de forma sustentada, por força da recomposição geográfica das fontes de dinamismo económico (com a Europa e a Ásia a conseguirem compensar alguns sinais menos positivos dos EUA).

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Taxas de variação em percentagem

PIB	Peso no PIB Mundial (em %)	2005	2006
Economia mundial	100,0	4,9	5,1
Economias avançadas	52,3	2,6	3,1
EUA	20,1	3,2	3,4
Japão	6,4	2,6	2,7
Área do euro	14,8	1,3	2,4
Alemanha	4,1	0,9	2,0
França	3,0	1,2	2,4
Itália	2,7	0,0	1,5
Espanha	1,8	3,4	3,4
Portugal	0,3	0,4	1,2
Reino Unido	3,0	1,9	2,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	47,7	7,4	7,3
Países asiáticos em desenvolvimento	27,1	9,0	8,7
China	15,4	10,2	10,0
América latina	7,4	4,3	4,8
Europa central e de leste	3,3	5,4	5,3
Com. de Estados Independentes (CEI)	3,8	6,5	6,8
África	3,3	5,4	5,4
Médio Oriente	2,8	5,7	5,8

Fontes: FMI, INE e Banco de Portugal

De acordo com as mais recentes estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia global deverá ter continuado a evoluir a um ritmo superior à média histórica, com o PIB a crescer em 2006 a um ritmo superior a 5%, após os 5,3% e 4,9% registado em 2004 e 2005, respectivamente.

No conjunto do ano de 2006 os principais índices accionistas obtiveram índices de valorização consideráveis, com o Eurostoxx na área do euro a valorizar cerca de 20%, enquanto o Standard and Poors 500 nos EUA, o Footsie no Reino Unido e o Nikkei no Japão registaram aumentos de 14%, 11% e de 7%, respectivamente.

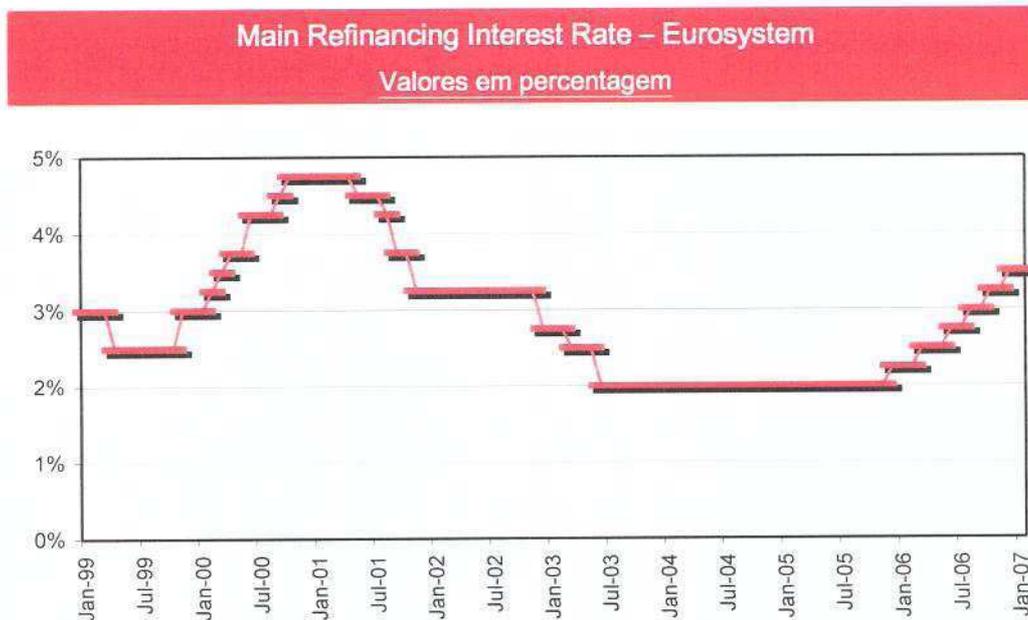
Na zona Euro continua a persistir um cenário de pressões inflacionistas, com a taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor a situar-se ligeiramente acima do limite de estabilidade de preços, nos 2,2%, não se alterando face ao ano anterior (apesar de novo aumento dos preços do petróleo, cujo preço por barril aumentou 6% em termos médios nos últimos doze meses, para 60,8 US\$ no final de 2006, contra 57,6 US\$ no final de 2005).

Phemi
4

A generalidade dos dados económicos da zona Euro em 2006 surpreenderam pela positiva, com a confiança dos consumidores a estabilizar, factor crítico para a recuperação da economia da zona Euro. As previsões mais recentes da OCDE apontam para um crescimento médio anual do PIB de 2,4% em 2006, dados que comparam com 1,3% de crescimento em 2005.

No conjunto de 2006, o euro apreciou 5% em termos nominais efectivos, reflectindo apreciações de cerca de 12%, 13% e de 3% face ao dólar, iene e franco suíço, respectivamente e, uma depreciação de 2% em relação à libra esterlina. O euro valia no final do ano 1,32 US\$ (contra 1,16 US\$ no final de 2005).

Em termos de política monetária, o ano de 2006 ficou marcado por um forte ciclo de subida das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu (BCE). O BCE, por forma a combater as pressões inflacionistas que poderiam por em causa a estabilidade de preços a médio prazo, aumentou as taxas directoras cinco vezes nos últimos doze meses, concretizando-se em 13 de Dezembro a última das subidas de 25 pontos básicos, num total de 125 pontos básicos em termos cumulativos anuais, fixando-se a taxa *refi* no final de 2006 em 3,5%.



B. Economia Portuguesa

A evolução da economia portuguesa em 2006 foi marcada por uma aceleração da actividade assente no comportamento dinâmico do sector exportador, pela quase estabilização da taxa de desemprego e por uma gradual redução do desequilíbrio das contas externas e públicas, dando continuidade a um processo de consolidação orçamental, fundamental para garantir um quadro estável de crescimento económico a médio-prazo.

Após a quase estagnação da actividade em 2005 (com o PIB a crescer apenas 0,4 por cento), estima-se que o crescimento da economia portuguesa se tenha situado em 1.2 por cento em 2006. A evolução favorável face ao ano anterior representa uma recuperação económica que poderá conhecer alguma aceleração no próximo ano. No entanto, não se pode deixar de assinalar que a variação do PIB será, pelo quinto ano consecutivo, inferior à observada na área do euro, continuando, deste modo, a acentuar-se a diferença face ao respectivo nível médio de rendimento per capita.

Phucis
5
[Handwritten signature]

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de variação em percentagem

	2005	2006
PIB	0,4	1,2
Consumo Privado	1,7	1,1
Consumo Público	1,9	-0,2
FBCF	-2,6	-3,2
Procura Interna	0,6	0,1
Exportações	1,0	9,0
Importações	1,6	4,0
<i>Contributo para a variação do PIB (p.p.)</i>		
<i>Procura Interna</i>	<i>0,7</i>	<i>0,1</i>
<i>Exportações Líquidas</i>	<i>-0,3</i>	<i>1,1</i>
IHPC	2,1	3,0
Tx. Desemprego (% da população activa)	7,6	7,5
Desemprego longa duração (% desemprego total)	50,2	53,3
Balança Corrente + Balança de Capital (% PIB)	-8,1	-7,6
Saldo total Administrações Públicas (% PIB)	-6,0	-4,6
Dívida Pública	64,0	67,4

Fontes: INE e Banco de Portugal

O crescimento estimado para 2006 traduz uma aceleração da actividade económica em 0.8 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, a qual decorre fundamentalmente da forte expansão das exportações (9,0% contra 1,0% em 2005), a par de um crescimento menor da procura interna (0,1% contra 0,6% em 2005).

Com efeito, o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB foi claramente positivo (1,1%), enquanto o contributo da procura interna terá sido praticamente nulo (0,1%). A redução do contributo da procura interna face ao verificado no ano anterior (0,1% contra 0,6% em 2005) reflecte uma assinalável desaceleração do consumo privado (1,1% contra 1,7% em 2005) e do consumo público (-0,2% contra 1,9% em 2005), bem como uma queda acentuada da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

A FBCF registou uma diminuição de 3.2 por cento em 2006, elevando para cerca de 18 por cento a redução acumulada nos últimos cinco anos. A decomposição da FBCF pelos vários sectores institucionais aponta para uma evolução generalizadamente desfavorável, embora as suas causas radiquem em factores de natureza diferente:

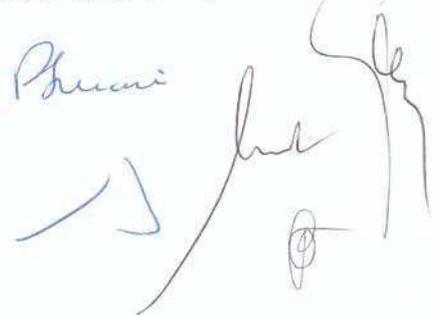
- Níveis de investimento mais conservadores em habitação, reflectindo uma situação de ajustamento face ao crescimento muito elevado registado na segunda metade da década de 90;
- A necessidade de correcção do desequilíbrio das contas públicas tem-se traduzido numa diminuição significativa do investimento das administrações públicas;
- No que respeita ao investimento empresarial, para além da incerteza que continua a rodear as perspectivas de procura, as decisões das empresas estarão também a ser condicionadas pela incerteza quanto ao impacto de algumas medidas de carácter estrutural, designadamente no que se refere ao processo de consolidação orçamental.

A taxa de inflação média anual, medida pelo IHPC, situou-se em 3.0 por cento em 2006, registando uma subida de 0.9 pontos percentuais em relação a 2005. O aumento da taxa de inflação em 2006 esteve associado à evolução dos preços dos bens, os quais são mais influenciados tanto por alterações de impostos indirectos como pela evolução dos preços internacionais, como foi o exemplo da evolução dos preços dos bens energéticos.

Ao nível do emprego, os dados recentes do INE apontam para alguma melhoria da situação no mercado de trabalho, consubstanciada numa variação positiva do emprego e na estabilização da taxa de desemprego face ao registado no período homólogo de 2005 (7,5% contra 7,6% em 2005). Não obstante, o desemprego de longa duração continuou a aumentar de forma significativa (53,3% contra 50,2% em 2005).

A trajectória de agravamento das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa foi interrompida em 2006. O défice conjunto das balanças corrente e de capital terá ascendido a 7.6 por cento do PIB, o que representa uma diminuição de 0.5 pontos percentuais face ao observado em 2005. Esta evolução do desequilíbrio externo traduz a continuada redução da taxa de investimento da economia e a estabilização da poupança interna, após a descida verificada nos últimos anos.

No que diz respeito à evolução das contas do sector público, as estimativas apontam para uma orientação claramente restritiva da política orçamental, a qual assenta sobretudo no aumento da receita fiscal e, num menor grau, na contenção do crescimento da despesa. Esta evolução esteve associada a uma redução das despesas com pessoal e de investimento, num contexto ainda caracterizado por uma forte expansão da despesa em pensões. O défice das administrações públicas deverá reduzir-se para 4.6 por cento do PIB em 2006, enquanto o rácio da dívida pública manterá a trajectória ascendente, estimando-se que atinja 67.4 por cento no final de 2006, contra 64 por cento em 2005.

Handwritten signature and initials in blue ink. The signature appears to be 'Phucini' and there are several other initials and marks below it.

O MODELO DE NEGÓCIO

Em 2006, o Interbanco re-desenhou a sua abordagem conjugando a manutenção da mesma abordagem nas parcerias com algumas das principais marcas de automóveis com a evolução do mercado na óptica da consolidação da distribuição ao nível dos grupos de retalho multimarca. Esta estratégia obteve resultados significativos no sucesso da consolidação dos principais acordos de parceria com Marcas e Grupos de retalho. Por outro lado a segregação do negócio de concessionários de marca do negócio com carácter independente / não franchisado por adaptação do modelo comercial, permitiu uma renovada interacção no mercado de viaturas usadas resultando, de forma sustentada, na sustentabilidade as relações no médio/longo prazo e no aumento da penetração do mercado.

Oferta de Produto

A matriz de produtos disponibilizada pelo Interbanco (a partir de 2 Janeiro 2007 Banco Santander Consumer Portugal) contempla um conjunto de soluções para todo o ciclo de vida de um automóvel e respectivos intervenientes, resultando desde já da combinação dos produtos especializados na relação com os importadores (Interbanco) aos produtos de financiamento à actividade e à tesouraria (Santander Consumer) conforme distribuição em seguida exposta.

- Importadores:
 - Crédito stock viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento.
- Rede de distribuição;
 - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento;
 - Produtos de apoio à tesouraria;
 - Viaturas de demonstração e de serviço.
- Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):
 - Aluguer de Longa Duração;
 - Locação Financeira;
 - Crédito Tradicional;
 - Crédito Intersolução;
 - Seguro de protecção ao crédito;
 - Seguro automóvel;
 - Outros: Cartão de crédito e Cartão de combustível.

De salientar que a combinação da matriz de produtos e a apetência comercial resultaram numa oferta de uma matriz de produtos que permite aos parceiros autonomia e independência na sua gestão operacional.

Canais e Redes de Distribuição

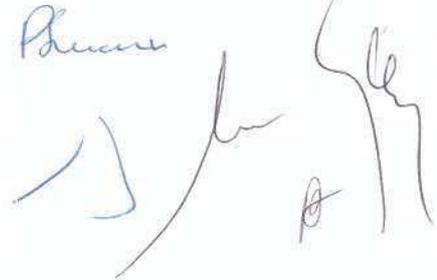
Com a aquisição de parte do capital social do Interbanco pelo Santander Consumer tornou-se necessário proceder à unificação de ambas as equipas comerciais tendo sido desenhado e implementado um novo modelo de segmentação comercial.

- Rede Franchisados:
 - Marcas: SIVA (Volkswagen, Audi e Skoda), Mitsubishi, Seat e Hyundai, e acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano Grupo Entrepósito, Grupo Evicar, Grupo Soauto, Grupo Coutinho, Grupo MS Car, Grupo Fernando Simão e Grupo Santogal);
 - Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.



- Rede Não Franchisados:
 - Grupos, Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.
- Interlojas:
 - Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.
- Outros canais:
 - Telemarketing (Interlinha) e Internet como suporte aos parceiros na catalização da repetição de financiamento para compra de viaturas novas ou usadas

A segmentação da actividade comercial nas redes Franchisada e Não Franchisada permitiu uma adequação do perfil comercial, de acompanhamento e dinamização adequada às necessidades de cada rede, que são bem diferenciadas. O resultado foi um aumento da produção de financiamento de viaturas usadas a crédito, de 76.495 milhares de euros em 2005, para 83.041 milhares de euros em 2006, o que representa um crescimento de 8,6%. Em adição, foi conseguido um crescimento da actividade seguradora na ordem dos 162%, com 1.825 milhares de euros.

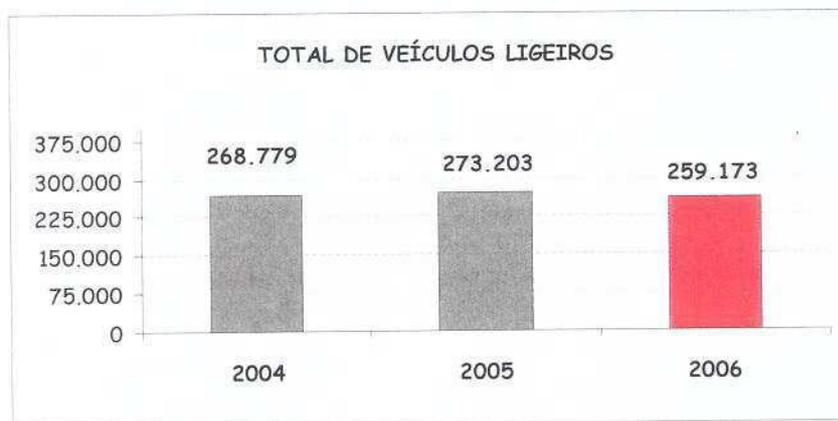
Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Pereira' and several stylized initials.

MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

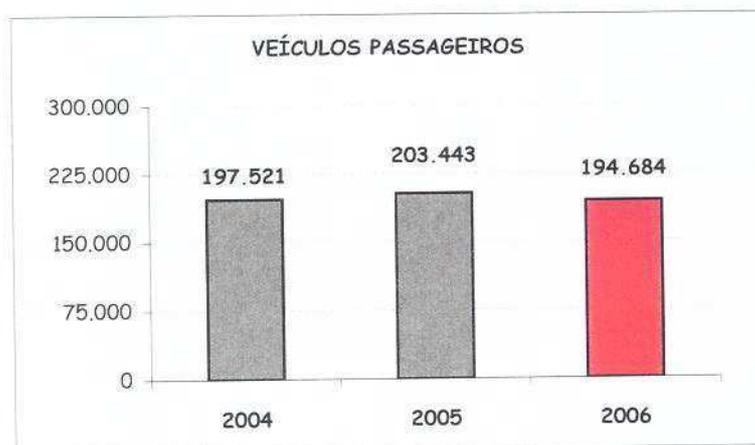
O mercado de veículos ligeiros não registou a mesma evolução positiva verificada entre 2005 e 2004 tendo apresentado uma quebra significativa na ordem dos 5% face ao período homólogo anterior. No total foram vendidas 259.173 unidades.

O decréscimo verificado coloca o mercado automóvel em nível com o valor apresentado em 2003, representando em unidades, uma diminuição de 14.030 viaturas de 2005 para 2006, sendo que o comportamento do mercado de alguma forma contrariou as expectativas iniciais que existiam e que apontavam para um crescimento pequeno consolidando a recuperação verificada em 2005.

O ano de 2006 também se pautou por um incremento generalizado nas vendas directas a Rent-a-cars por parte dos importadores / distribuidores e nas vendas a empresas de renting com impacto directo na colocação de operações de financiamento a cliente final (utilizador da viatura).

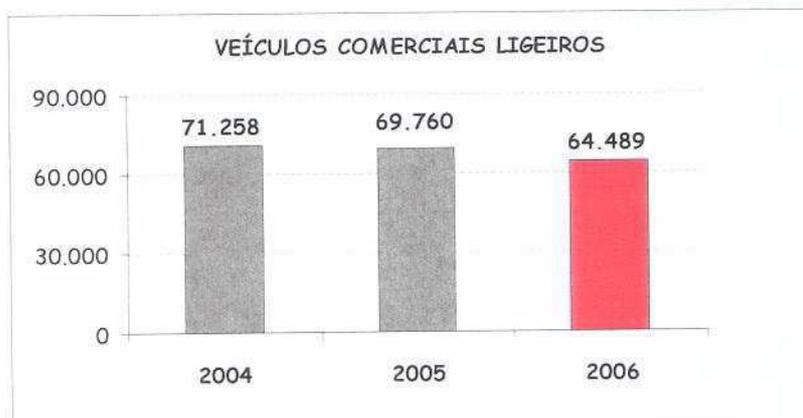


Por tipo de veículos, a categoria de passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um decréscimo de 4,3%, com 194.684 unidades vendidas, representando, no entanto, uma diminuição inferior à apurada referente ao mercado. Esta queda só não foi mais acentuada porque esta tipologia de viaturas é o alvo principal das empresas de rent-a-car cujas compras revelaram, em 2006, um aumento significativo.



Handwritten signature and date: 10

A quebra verificada em 2006 deve-se essencialmente aos Veículos Comerciais Ligeiros, com menos 5.271 unidades vendidas, o que representa uma descida de 7,6% face às vendas efectuadas em 2005.



Relativamente ao número de contratos este ano, quando comparado com o período anterior, representou, também, um decréscimo significativo de 8,6% o que assume ainda maior destaque se se comparar com o mercado total cuja diminuição ficou pelos 5,1%.

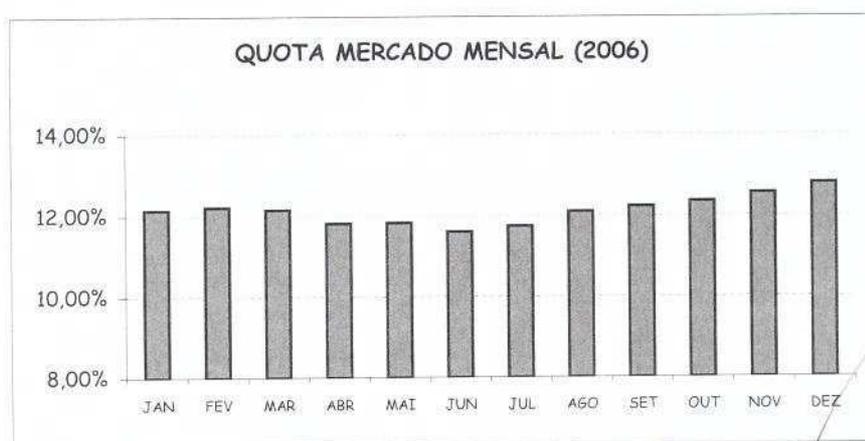
Para este resultado contribuiu essencialmente a diminuição do mercado de vendas de automóveis a cliente final e também alguma erosão de vendas em algumas das marcas que mantém parcerias com o Interbanco.



Paulo
Carvalho

A colocação de operações de financiamento apresentou dois comportamentos completamente distintos em 2006. No primeiro semestre registou-se uma ligeira quebra na quota de mercado (inferior a 0,5%). No início do segundo semestre com a nova segmentação de acompanhamento comercial concluída e os principais acordos de parceria revistos a quota de mercado apresenta uma subida continuada tendo, o Interbanco, finalizado o mês de Dezembro, apresentado um aumento de 1,2% face ao mês de Janeiro de 2006.

De salientar que o aumento, apesar de reduzido, da quota de mercado se traduz num indicador muito positivo se for tido em conta que o mercado decresceu 5,1% e que o número de contratos realizados desceu 8,6% face a 2005. Esta situação denota um maior índice de sustentabilidade e de confiança nos principais parceiros estratégicos.



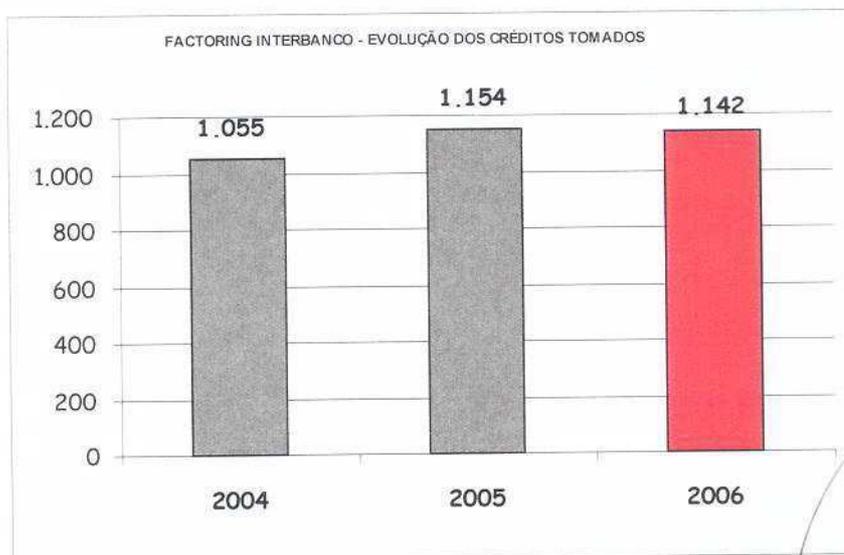
Phim

[Handwritten signature]

EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

Gestão de Cobranças e Financiamento de *Stocks* (*Factoring*)

Da matriz de produtos completa e abrangente que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (*factoring*) e conseqüente apoio ao *stock* que é disponibilizado aos concessionários das Marcas com as quais tem acordos, nomeadamente as marcas representadas pela SIVA, Mitsubishi e SEAT. Neste âmbito, verificou em 2006 um ligeiro decréscimo de 1,1 pontos percentuais no que respeita ao valor dos créditos tomados a que não será por certo alheio o comportamento menos positivo no mercado de algumas das marcas em questão e a política de adequação de *stocks* à actividade comercial das suas concessões. Todavia, face ao atrás exposto, considera-se que os resultados finais apresentados são bastante positivos.



Pracista

[Handwritten signatures]

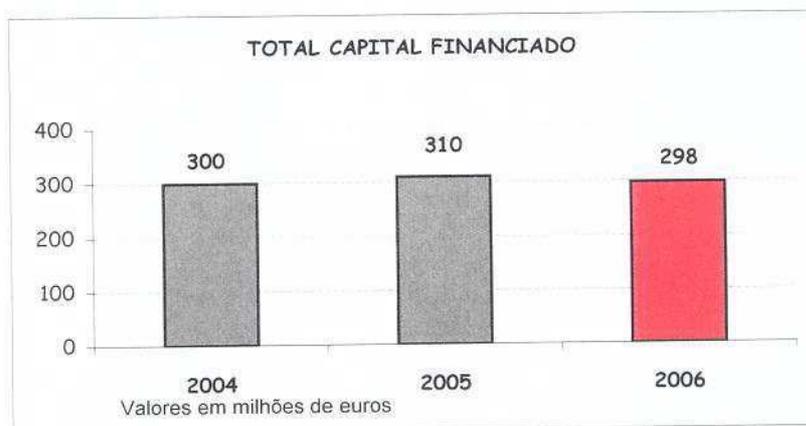
Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

A matriz de produtos do Interbanco apresenta soluções de financiamento directas e indirectas:

- Directas: ALD, Locação financeiro e Crédito (Tradicional e Intersolução);
- Indirectas: AOV (renting) cuja contratação é da responsabilidade da Multirent.

À semelhança da tendência negativa generalizada no número de contratos, o capital financiado total regista uma quebra de 3,8% face ao ano anterior. Não obstante, a descida apurada situa-se em níveis mais baixos do que o verificado no mercado total e número de contratos de viaturas novas por via de dos seguintes factores:

- Aumento do capital financiado médio por contrato;
- Aumento significativo da relação com Marcas de viaturas de gama média /alta;
- Aumento do taxa de penetração no mercado de usados (Não Franchisados).



Relativamente ao número de contratos realizados também se assistiu a uma diminuição de 9,9% face a 2005 revelando um comportamento idêntico ao já registado também nesse ano muito sustentado pela quebra de alguns segmentos de mercado de automóveis novos que historicamente eram fortes contribuintes para o total de número de contratos. O número de contratos é, naturalmente, influenciado em baixa pela redução do número de propostas recebidas, motivado pelas razões anteriormente expostas conjugadas com a alteração do mix de mercado automóvel novo no balanço, desfavorável, das vendas a retalho vs. Rent-a-Car e Gestão de Frotas (AOV).

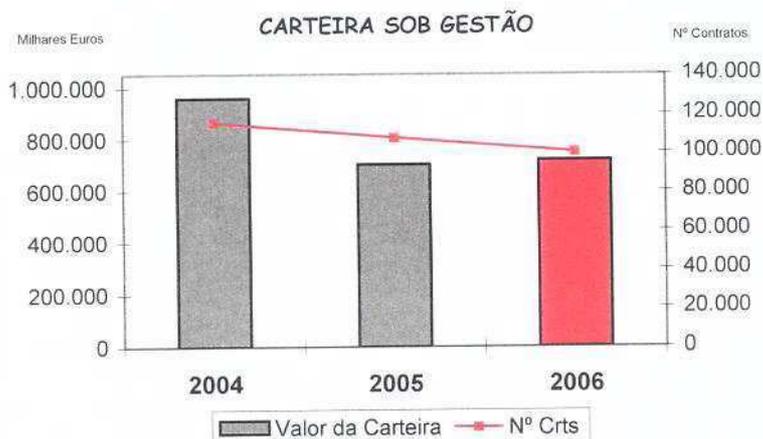


Boa

[Handwritten signature]

Carteira sob Gestão

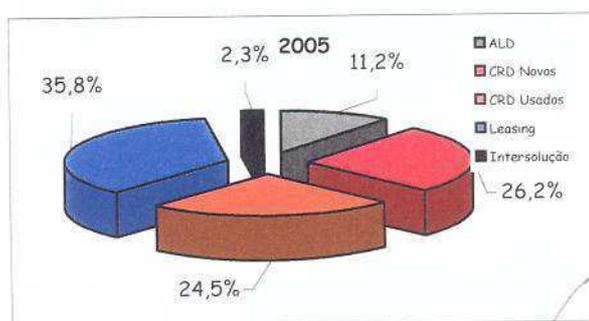
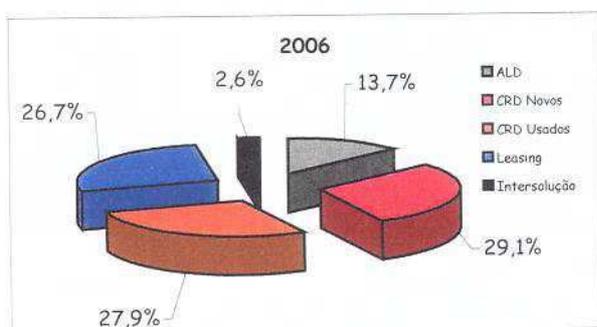
A carteira sob gestão de contratos de financiamento (ALD, Crédito e *Leasing* e líquida de provisões), vinha apresentando um comportamento negativo tendo-se finalmente invertido a tendência em 2006, com um valor de 718.681 milhares de euros. Este valor significa um acréscimo de 2,2% relativamente ao ano anterior.



O projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado tem como objectivo inverter uma redução da carteira, por expansão no volume de capital financiado a margens líquidas de risco mais favoráveis do que no negócio de financiamento no segmento de distribuição automóvel Franchido (concessionários de marca).

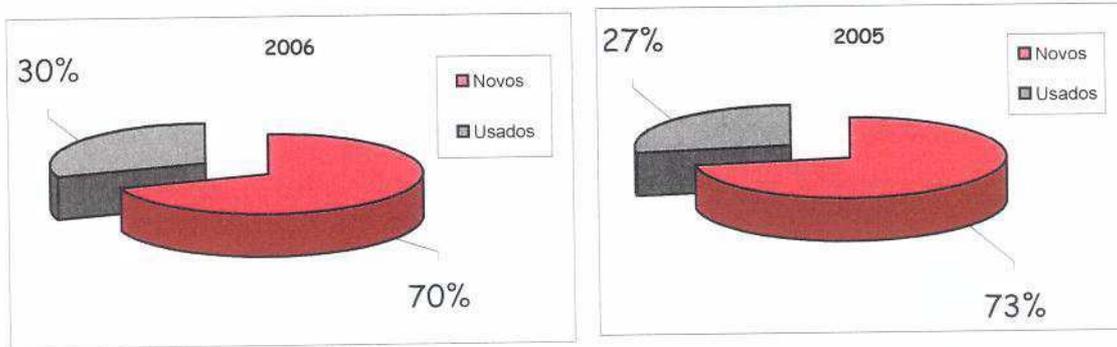
Mix de Produtos

Em termos de capital financiado em 2005, a evolução do *mix* de produtos revela um crescimento do Crédito e uma diminuição no peso do *Leasing* devido essencialmente à nova abordagem implementada ao mercado de viaturas usadas tendo presente que o Crédito é o principal produto utilizado neste segmento de mercado.

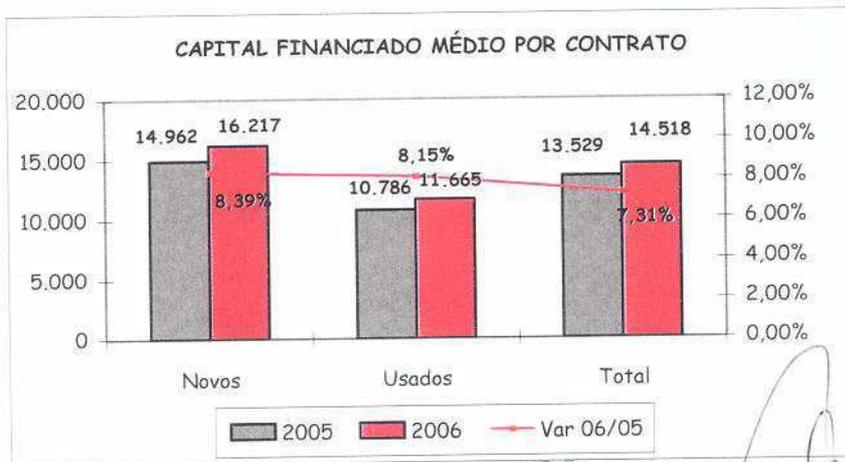


Estado do Bem

À semelhança do mencionado relativamente ao mix de produto, as mesmas razões são aplicáveis para entender o aumento do peso das viaturas usadas em 3% face a 2005.



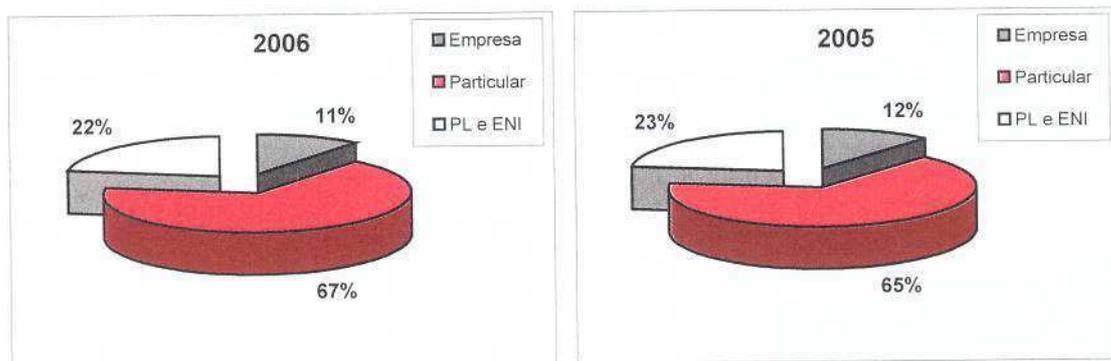
Relativamente ao capital financiado médio por contrato, foi registado um aumento de 7,3% devido essencialmente à actualização verificada no preço das viaturas novas, diminuição da entrada inicial entregue pelos clientes e aumento do número de financiamentos nas Marcas com acordo de parceria que vendem viaturas de gama média / alta. O contexto socio-económico contribuiu igualmente para o aumento do capital financiado médio por contrato em virtude de as famílias registarem um elevado endividamento bancário e uma menor disponibilização de recursos.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Tipo de Cliente

Analisando a distribuição do capital financiado por tipologia de cliente, constata-se a ausência de alterações significativas. A categoria dos Particulares reforçou o seu peso nesta distribuição em 1.4p.p. por contrapartida do decréscimo registado na categoria das Empresas, Empresários em Nome Individual e Profissionais Liberais. Para este facto terão contribuído a quebra no mercado da venda dos veículos comerciais assim como a retracção em matéria de investimento destes agentes no contexto de alguma fragilidade económica e financeira que se continuou a verificar ao longo de 2006.



A análise do capital financiado médio por contrato em função da tipologia de clientes corrobora as conclusões anteriormente apresentadas à que acresce que o aumento do peso no financiamento de automóveis usados – que incide essencialmente no segmento de particulares – aparentando um capital financiado médio inferior aos demais sub-segmentos de clientes final e que se nos singirmos as viaturas novas não é real.

Phem
[Handwritten signature]

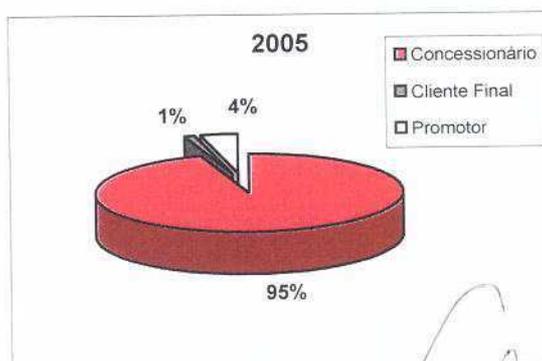
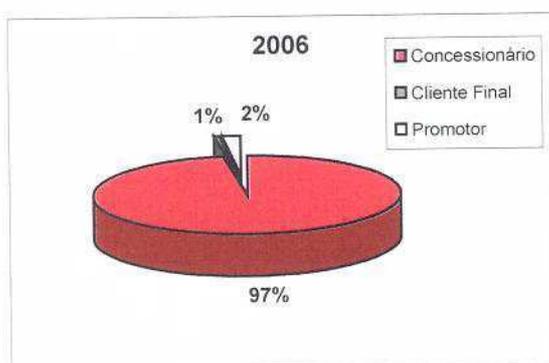
ACTIVIDADE DOS CANAIS E REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Canais

Com a entrada do novo accionista, a estrutura comercial do Banco sofreu uma profunda reestruturação que levou à descontinuação do canal de Promotores e correspondente integração das entidades que por eles acompanhados na rede Franchisada ou Não Franchisada consoante a sua tipologia de vendas.

Como tal, o canal de concessionários e *stands* viu a sua posição reforçada para mais 2,5p.p no que respeita à distribuição de volume de capital financiado. Os valores apresentados no gráfico de 2p.p. referem-se à actividade exercida anterior à reestruturação já referida.

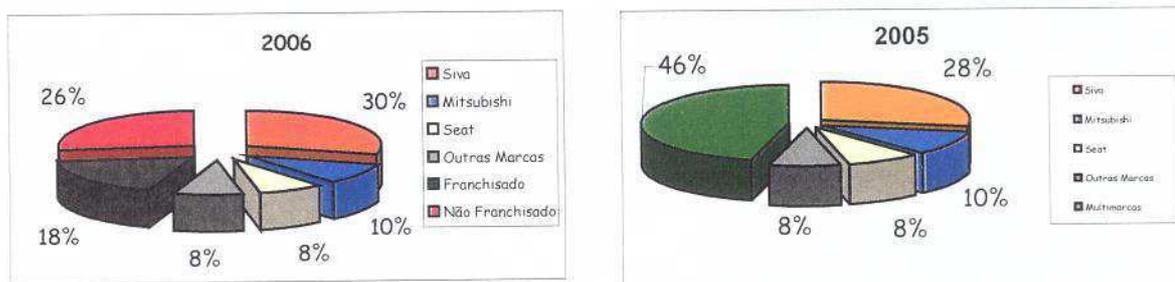
O canal de Cliente Final registou um decréscimo do seu volume anual de capital financiado em virtude de ser um canal especialmente vocacionado para captar negócios onde o Banco, por decisão estratégica, não potencia a sua actividade.



Phenon
[Handwritten signatures]

Redes de Distribuição

A análise de captação de novos negócios, em termos de volume de capital financiado, por parte das diferentes redes comerciais constituídas no seguimento da reestruturação das áreas comerciais (embora mantendo igualmente na base o critério adoptado em anos anteriores de agrupamentos entre acordos existentes e segmento multimarca) apresenta-se da seguinte forma:



Uma análise cuidada ressalta de imediato que as marcas representadas pela Siva reforçaram o seu peso relativamente ao ano anterior em mais 2,0p.p fruto do reposicionamento do programa global de marca, aumentando os níveis de penetração de financiamento do Banco nas redes de concessionários.

As restantes marcas mantiveram-se em linha com o ano anterior, mesmo num cenário desfavorável de matriculação e de vendas a retalho. Este efeito é o corolário da alteração do modelo comercial que teve resultados muito positivos no segundo semestre de 2006, permitindo inverter a tendência dos primeiros seis meses.

▪ Marcas e Rede Franchisada

As redes de Marcas e Rede Franchisada, que não registaram alteração na sua contribuição para o volume total de produção do Banco em cerca de 74%, agregam os negócios com origem nas redes de concessionários:

- SIVA – representante das marcas Volkswagen, Audi e Skoda em Portugal
- Mitsubishi – acordo de parceria com o distribuidor MMP para Portugal
- SEAT – acordo de parceria com o fabricante e distribuidor para Portugal
- Hyundai - através do Grupo Entrepasto
- Toyota - através do Grupo Salvador Caetano

Noutra perspectiva, o reposicionamento do Interbanco na conjugação da sua relação de prestação de serviços de financiamento de marca com a concentração crescente em Grupo de Retalho assegurou um aumento do número de parcerias que, durante o segundo semestre – à semelhança das marcas – veio a ser determinante no crescimento do volume de capital financiado vs período homólogo do ano anterior. Nomeadamente Grupo Salvador Caetano, Grupo Entrepasto, Grupo Evicar, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo MS Car e Grupo Fernando Simão.

Phucam

Este conjunto de marcas foram responsáveis por um volume de capital financiado de 165,8 milhões de euros angariado em 2006 (de um total de 220,7 milhões angariados por esta área de negócio) que, não obstante ser ligeiramente inferior ao valor registado em 2005, assume grande relevância quando integrado num contexto de quebra de vendas de viaturas ligeiras em algumas das marcas referidas.

De facto, algumas destas marcas registaram um aumento nos níveis de aderência nas vendas de viaturas novas bastante expressivo também por via da reformulação dos conjuntos de benefícios proporcionados às várias redes de concessionários, ao abrigo dos Protocolos Financeiros, com vista à sua adequação ao mercado de financiamento e à realidade das vendas de cada marca *de per si*. A permanente adequação do pricing em vigor ao contexto de taxas do mercado, foi outra das preocupações constantes de forma a manter os níveis de competitividade em linha com o mercado conjugado com uma grande preocupação ao nível da rentabilidade do novo negócio.

Do mesmo modo, salienta-se que, a nível nacional, se reforçaram as parcerias estabelecidas com importantes grupos de retalho multimarca que passou especialmente por um estreito acompanhamento e gestão destes acordos. Para tal, realizaram-se reuniões periódicas entre o Banco e as estruturas dirigentes dos parceiros, efectuando análises detalhas de performance e motivando as equipas comerciais para o desenvolvimento do negócio por via do desenvolvimento de acções de fidelização que lhe foram dirigidas.

▪ Rede Não Franchisada

O volume de financiamento angariado pela rede de Não Franchisados situou-se nos 78,8 milhões de euros, valor que se manteve em linha com o total do negócio angariado em 2005.

No que respeita a esta área de negócio, manteve-se o enfoque no crescimento e reforço de um vasto número de parcerias com grupos de retalho automóvel focalizados no segmento dos usados, parcerias com concessionários assim como um conjunto alargado de acordos.

Não obstante o referido, é importante salientar o elevado contexto de competitividade do mercado nesta área de negócio que, de alguma forma, condiciona as condições nas quais o Banco consegue gerir e aprofundar os acordos angariados. Acresce a este facto a manutenção da estratégia adoptada em anos anteriores de protecção à qualidade do crédito angariado que acentuou o esforço efectuado pelo Banco no que respeita à margem.

Contudo, e no seguimento da alteração de posicionamento que o Banco pretende adoptar de clara aposta na área de negócio dos usados e conquista de quota de mercado neste segmento, foram desenvolvidas e já adoptadas estratégias que visam o seu crescimento nesta área, como foi o exemplo da nova política de pricing. Para tal, o Banco conta igualmente com a elevada especialização que detém na área de financiamento automóvel que lhe permitirá seguramente atingir valores mais expressivos no decorrer do próximo ano no segmento de viaturas usadas (o crescimento no segundo semestre de 2006 vs. período homólogo de 2005 já apresentou índices superiores a 30%).

EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Interbanco aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto que as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Demonstrações Financeiras “pró-forma” (Exercício de 2005)

De forma a assegurar com rigor e representatividade a comparabilidade das contas do Interbanco, foram elaboradas novas Demonstrações Financeiras “pró-forma” para o exercício de 2005, em virtude da existência de correcções passíveis de serem efectuadas no âmbito do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros.

Os motivos materialmente relevantes que concorreram para a correcção retrospectiva das Demonstrações Financeiras do Interbanco são resumidamente dois, e vêm descritos nos parágrafos seguintes.

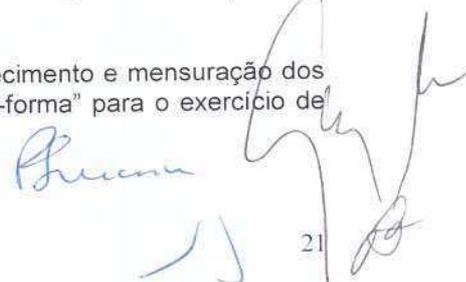
a) Adopção do IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração dos custos associados ao Rappel

O Interbanco adoptou pela primeira vez as NCA nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, na preparação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2005. Não obstante, nesse exercício, e no que concerne aos custos incorridos com comissões de rappel, referentes ao exercício de 2005 e anteriores, o Interbanco não adoptou o disposto na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), com os montantes pagos a título de comissões de rappel aos seus parceiros de negócio, em função do montante acumulado de novos contratos de crédito financiados pelo Interbanco, a serem contabilizados e reconhecidos na totalidade como custos do exercício em que foram incorridos.

De acordo com os requisitos previstos na IAS 39, os custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito devem ser considerados como um ajustamento à taxa de juro efectiva e, conseqüentemente, diferidos ao longo do período de vida das operações às quais se encontram associados. O não diferimento de comissões de rappel, associadas à “originação de instrumentos financeiros” configurava numa correcção a tratar no âmbito do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros.

Neste contexto, e com o propósito de dar cumprimento às normas contabilísticas em vigor, o Interbanco corrigiu, no exercício de 2006, o seu procedimento no tocante à aplicação da IAS 39 relativamente aos custos incorridos com o rappel, através da correcção retrospectiva das Demonstrações Financeiras, fazendo-o com referência ao primeiro período comparativo apresentado no exercício de 2006, i.e. Janeiro de 2005.

O impacto patrimonial decorrente da adopção da IAS 39 no reconhecimento e mensuração dos custos associados ao Rappel, nas Demonstrações Financeiras “pró-forma” para o exercício de 2005, foi resumidamente o seguinte:



21

(Eur'000)

Activo	+ 4.943	Saldo de rappel por diferir em balanço (custos diferidos), com referência a 31-12-2005
<u>Saldo</u>	<u>+ 4.943</u>	
Passivo	+ 1.382	Imposto diferido passivo, decorrente da variação patrimonial positiva e da dedução em excesso de custo com rappel em 2005
Passivo	- 82	Acerto do valor base de rappel a pagar, referente ao exercício de 2005
Situação Líquida	+ 3.143	Variação patrimonial líquida de imposto diferido passivo, com referência a 31-12-2004
Situação Líquida	+ 500	Diferença no resultado líquido do exercício de 2005, decorrente da alteração de critério de contabilização
<u>Saldo</u>	<u>+ 4.943</u>	

A adopção da IAS 39 para efeitos de reconhecimento e mensuração dos custos associados ao Rappel implicou um aumento dos capitais próprios no montante de 3.643 milhares de euros, com conseqüente impacto positivo ao nível nos fundos próprios de base do Banco (Core Tier I).

b) Adopção do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação. Reclassificação das prestações acessórias

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2005, o Interbanco relevava no seu passivo, mais concretamente na rubrica de passivos subordinados, prestações acessórias no montante de 14.936 milhares de euros, não tendo efectuado, neste caso particular, a correcta interpretação da Norma Internacional de Contabilidade 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

De acordo com os requisitos previstos na IAS 32, prestações acessórias devem ser consideradas como um instrumento de capital e não classificadas como um passivo financeiro subordinado, pelo que impunha-se uma reclassificação contabilística a ser tratada no âmbito do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros.

Tal correcção decorre das características, quanto à forma e substância, com que as prestações acessórias em causa foram realizadas, nomeadamente;

- Sem prazo,
- Não remuneradas,
- Apenas reembolsáveis com prévio acordo do Banco de Portugal, depois de satisfeitos todos os créditos comuns e subordinados.

Neste contexto, entendeu-se corrigir no exercício de 2006, a política contabilística no tocante à aplicação da IAS 32, reclassificando o montante em causa para outros instrumentos de capital, fazendo-o com referência ao primeiro período comparativo apresentado no exercício de 2006, i.e. através da correcção retrospectiva das demonstrações financeiras de 2005.

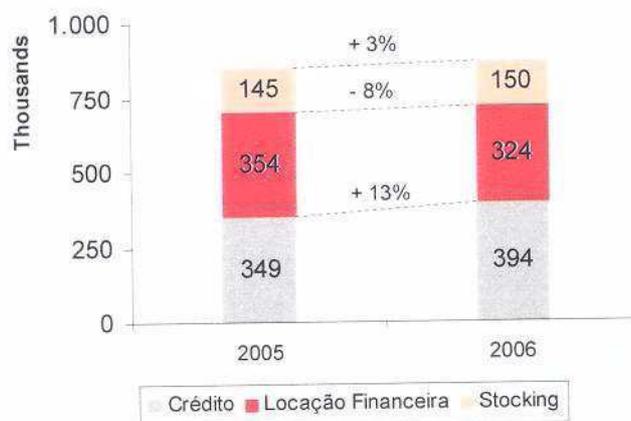
A adopção da IAS 32 através da reclassificação contabilística das prestações acessórias, implicou um aumento dos capitais próprios no montante de 14.936 milhares de euros, com conseqüente impacto negativo ao nível da rentabilidade média dos capitais próprios (ROE), indicador que, com referência a 2005, evoluiu de 34,7% para 26,3% (nas Demonstrações Financeiras "pró-forma" do exercício de 2005).

Balanço Consolidado (IAS)

No final de 2006 o valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a 868.651 milhares de euros, 2,7% mais do que no final do ano transacto. Não obstante ter-se verificado uma ligeira quebra no volume de novo capital financiado (-3,8%), conseguiu-se inverter a tendência de quebra na carteira de crédito, que vinha ocorrendo em anos anteriores. Tal facto foi conseguido essencialmente através do;

- Incremento da capacidade de retenção de clientes
- Redução das amortizações de capital vincendo da carteira
- Maior utilização das facilidades de factoring e do financiamento de stocks.

O saldo da carteira sob gestão, bruta de provisões, cifrou-se em 870.731 milhares de euros no final de 2006, um valor que representa um acréscimo de 2,5% face ao final de 2005 (849.777 milhares de euros), explicado pelas razões acima aduzidas para a evolução da carteira em balanço.



A evolução positiva no produto de crédito, para além do que foi mencionado acima, é também uma consequência da alteração do modelo comercial, com particular enfoque no segmento dos não franchisados, enquanto que o decréscimo do produto de locação financeira se deve essencialmente à gradual falta de apetência para o produto do ALD. O financiamento de stock a concessionários automóveis continua a evoluir favoravelmente, um reflexo das condições adversas vividas no mercado de venda de automóveis, traduzidas nas dificuldades verificadas no escoamento de veículos, experimentadas em particular por concessionários de algumas das marcas dos principais parceiros de negócio do Interbanco.

A componente de financiamento a cliente final, que representa o *core business* do Banco, era responsável por 83% desta carteira, tal como em 2005, sendo os 17% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores automóveis com quem o Interbanco trabalha.

O Crédito com Incumprimento, nos termos da Carta Circular 99/03 do Banco de Portugal, representou 1,5% do crédito total concedido, agravando-se em 49 pontos básicos face ao valor pró-forma de 2005, fruto da alteração do modelo comercial, que implicou uma maior assumpção de risco no crédito novo, sobretudo decorrente da aposta no segmento dos não franchisados, e também da envolvente macroeconómica, com claro impacto no consumo privado e confiança ao nível do consumidor.

Beira
[Assinaturas manuscritas]

O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 1,1% (0,8% no pró-forma de 2005) e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou um rácio de cobertura de 108% do valor dos créditos a cliente final em mora.

O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa somava 14.969 milhares de euros no final do ano, menos 8,8% do que no final de 2005.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

O resultado líquido IAS consolidado cifrou-se em 12.520 milhares de euros, reflectindo uma redução de 15,6% face ao valor pró-forma do período homólogo, que ascendeu a 14.835 milhares de euros. Para esta variação negativa contribuíram diversos factores:

- Compressão da margem financeira, por via das exigências do mercado onde o Banco opera, com dificuldade em fazer reflectir no cliente final as oscilações ocorridas ao nível do custo de fundos (decorrente da política monetária do BCE);
- Amortização de activos com taxas de rendimento superiores às da nova originação;
- Incremento dos custos de intermediação financeira, para efeitos de angariação de nova produção;
- Aumento da carga fiscal no exercício de 2006, por via do aumento da contribuição do imposto corrente do exercício.

Dentro deste enquadramento há que salientar o facto de o resultado antes de impostos, quando comparado com o ano transacto, ter uma variação de negativa de apenas 4,2%. Para este valor contribuíram positivamente a redução do custos de estrutura, resultado da implementação de sinergias com o Grupo Santander Central Hispano, que permitiu uma poupança de 2.568 milhares de euros representando uma variação positiva de 12,3%, quando comparado com período homólogo, e a contribuição das provisões/imparidade para riscos de crédito, espelho da acção combinada entre a política conservadora de subscrição de novo negócio e a boa performance da actividade de recuperação dos créditos em atraso.

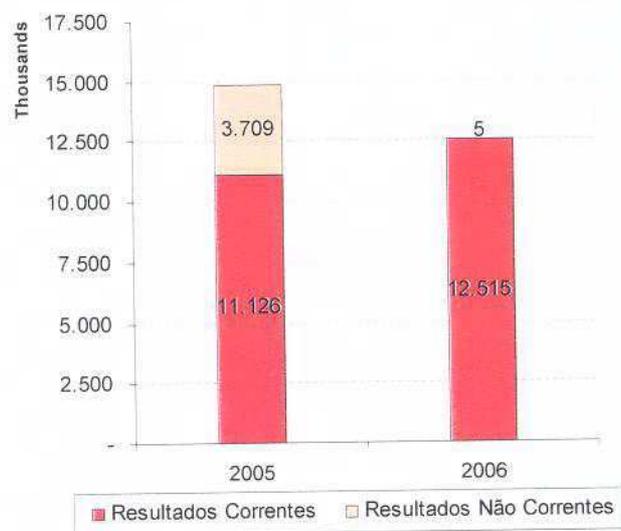
Não obstante a boa performance atingida na redução de custos de estrutura, o rácio de eficiência deteriorou-se em 8 pontos percentuais (50,9% em 2006 face a 42,8% em 2005), prejudicado pelo desempenho das rubricas elegíveis para a determinação do produto bancário.

A diminuição do resultado líquido em 2006 teve como consequência a redução da rentabilidade dos capitais próprios (ROE), situando-se em 16,6% em 2006 contra o valor de 26,3%, e a redução da rentabilidade dos activos médios (ROA), de 1,6% em 2005 para 1,4% no ano de 2006.

No que se refere ao Rácio de Solvabilidade consolidado, este registou um valor de 8,5%, acima dos mínimos legais exigidos, com especial referência para o rácio de adequação dos fundos próprios de base que passou de 6,2% em 2005 para 6,9% em 2006.

Conta de Resultados Consolidada (Recorrente)

Não obstante a análise anterior, da conta de resultados consolidada em base IAS, se fizermos uma abordagem dos resultados líquidos, apenas numa perspectiva recorrente, i.e. descontando operações extraordinárias e operações descontinuadas, constatamos que o resultado líquido recorrente consolidado atingiu os 12.515 milhares de euros no final de 2006, o que representa uma subida de 12,5% face ao mesmo indicador homólogo de 2005, onde este se cifrou em 11.126 milhares de euros.



Com efeito, no exercício de 2005 ocorreram diversos factores que influenciaram positivamente o resultado líquido IAS consolidado desse ano, nomeadamente;

- Mais-valia na alienação do Residual Interest Certificate da operação de titularização Silk Finance nº2, no montante de 1.887 milhares de euros;
- Justo valor dos derivados, reconhecido no exercício de 2005, num total de 2.504 milhares de euros.

Phuon

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2006 foi definitivamente marcado pela nova estrutura accionista do Banco, com reflexos na gestão financeira corrente, bem como na definição e adequação de procedimentos, políticas e estratégias por via da integração no Grupo Santander Central Hispano.

Neste contexto, a gestão financeira do Interbanco, desenvolvida pela Direcção Financeira, tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

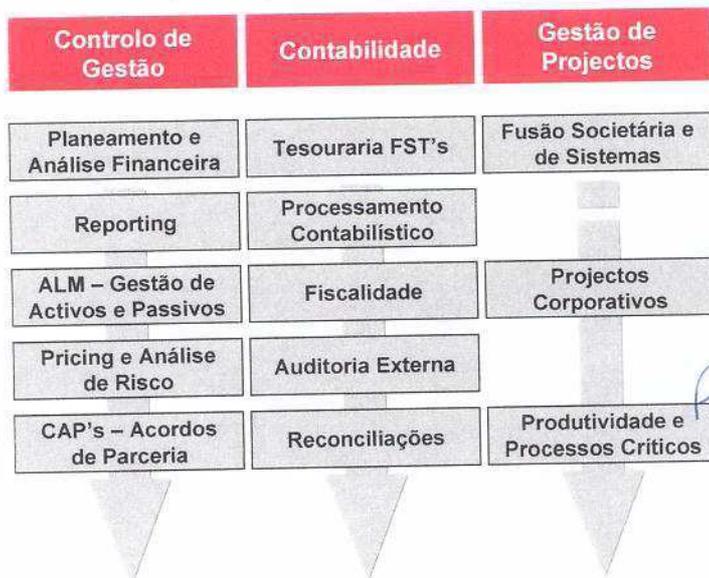
- Simplificar processos administrativos e operacionais, reforçando a integridade dos aplicativos informáticos e melhorando progressivamente a qualidade do reporte contabilístico e prudencial;
- Garantir a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Re-estruturação da direcção financeira

Após a entrada do Santander Consumer Finance na estrutura accionista do Interbanco, o que ocorreu a 10 de Janeiro de 2006, tornou-se imperioso proceder à uniformização de práticas contabilísticas e de gestão financeira. O primeiro (e decisivo) passo nesse sentido foi dado no início do segundo semestre, quando se procedeu à integração das duas estruturas, a que era oriunda das antigas sucursais do Santander Consumer Finance em Portugal com a que era originária do Interbanco. Este foi um processo que decorreu sem sobressaltos, tendo havido uma progressiva e positiva adaptação de parte a parte:

- As pessoas que eram oriundas das antigas sucursais do Santander Consumer Finance em Portugal, têm conseguido adaptar-se à realidade contabilística e de gestão financeira do Interbanco. Esta adaptação decorre sobretudo da figura jurídica que o Santander Consumer Finance tinha, de sucursal em Portugal de uma empresa juridicamente Espanhola, que como tal seguia o normativo preconizado pelo Banco de Espanha;
- As pessoas que eram oriundas do Interbanco, têm conseguido adaptar-se e adequar procedimentos, por via da integração num Grupo multinacional, como é caso do Grupo Santander Central Hispano.

A re-estruturação do departamento financeiro ficou concluída em Outubro, tendo-se definido os processos e responsabilidades que compõem o departamento em termos funcionais:



b) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 5 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e pelos accionistas.

Das acções empreendidas no âmbito da obtenção dos financiamentos necessários, importa assinalar as mais relevantes:

Re-financiamento do passivo bancário

Como consequência da formalização da nova estrutura accionista em 10 de Janeiro de 2006, o passivo bancário, contraído junto Millennium BCP foi totalmente reembolsado, tendo-se contraído novas operações de médio e longo prazo com o Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, no montante total de 644.000 milhares de euros.

Para além de uma questão de simplificação processual, a consolidação do passivo bancário junto do Banco Santander Consumer Finance S.A. possibilita uma captação de fundos com um "pricing" extremamente atractivo, em termos médios 12,5 pontos básicos abaixo daquilo que o Interbanco detinha junto do Millennium BCP, permitindo a obtenção de importantes vantagens competitivas para o seu modelo de negócio.

Operações de titularização de activos

Em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005, todos os créditos cedidos pelo Interbanco no âmbito das operações de titularização deveriam ser desreconhecidos de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

Neste sentido, dadas as profundas alterações de ordem contabilística e regulamentar, que vieram adicionar um grau de complexidade extenso, aliado sobretudo ao facto de o financiamento ser assegurado na íntegra pela nova estrutura accionista, levou a administração do banco a decidir a descontinuação deste tipo de operações, que havia sido um dos veículos de financiamento preferenciais do Interbanco até finais de 2004.

No entanto há a registar, neste âmbito, os seguintes factos ocorridos no exercício de 2006:

- Em Janeiro foi liquidada a clean-up call do programa de securitização Silk1, no montante de 5.818 milhares de euros, tendo os respectivos créditos sido incorporados nas carteiras do Interbanco e IT Car, por 3.515 milhares de euros e 2.303 milhares de euros, respectivamente;
- Em Maio, a agência de rating Fitch reviu em alta a notação da tranche mezzanine do programa de securitização Silk2, passando a notação inicial de AA para AAA, atestando da qualidade dos créditos que compunham a operação bem como do desempenho

acima do esperado. Desde Julho de 2005, altura em que foi vendido a investidores internacionais o Residual Interest Certificate do veículo de securitização Silk2, tendo-se preservado apenas a função de servicer dos contratos securitizados naquele veículo, que o Interbanco deixou de consolidar ou de considerar capitais próprios sobre os respectivos contratos, uma vez que deixou de estar exposto a riscos induzidos pelos contratos securitizados naquele veículo;

- Em Agosto foi efectuada a clean-up call do programa de securitização Silk2, tendo o seu valor ascendido a 16.158 milhares de euros integralmente incorporados no balanço do Interbanco.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

Em Maio de 2006 o Interbanco exerceu o direito de liquidação antecipada (*put option*) do empréstimo obrigacionista subordinado Interbanco 2001-2011, no valor de 5.000 milhares de euros, optando por não emitir nova dívida titulada, atestando o nível confortável de solvabilidade de capitais próprios face aos regulamentos de supervisão bancária e requisitos prudenciais.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Interbanco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

c) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

Tal como tem feito desde a sua incorporação, em 2006 o Interbanco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

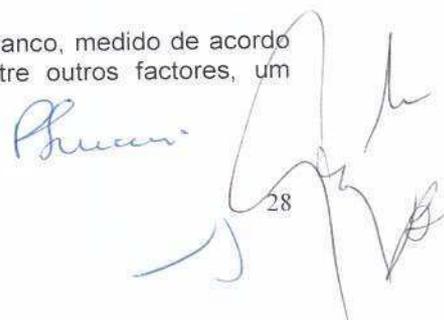
O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Interbanco foram implementadas, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Interbanco mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos *cash-flows* futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os *cash-flows* do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Interbanco recorre a operações de mercado monetário, contraindo empréstimos junto do Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos *cash flows* da carteira (Activo) e do passivo a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário.

Em 31 de Dezembro de 2006, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um



movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 1.392 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios.

Instrução 19/2005 BdP - Consolidado

Em Eur'000

31-Dez-06

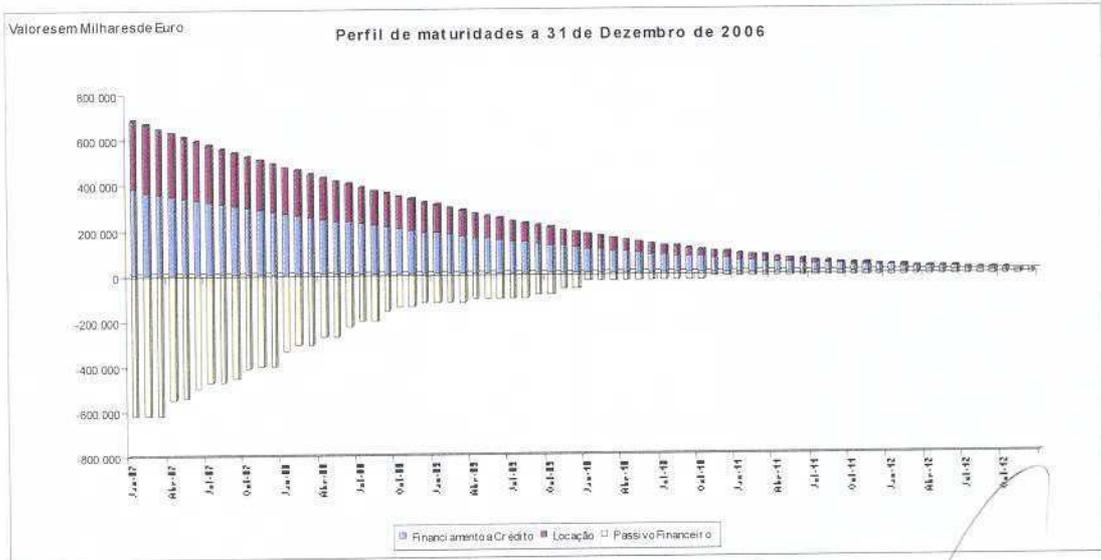
Banda temporal	Activos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Factor de ponderação (1)	Posição ponderada (2)
à vista - 1 mês	317.713	194.130	123.583	0,08%	-99
1 - 3 meses	212.243	112.514	99.729	0,32%	-319
3 - 6 meses	38.195	85.638	-47.443	0,72%	342
6 - 12 meses	70.430	91.486	-21.056	1,43%	301
1 - 2 anos	98.075	169.500	-71.425	2,77%	1.978
2 - 3 anos	76.016	55.045	20.971	4,49%	-942
3 - 4 anos	51.223	52.193	-970	6,14%	60
4 - 5 anos	29.248	1.221	28.027	7,71%	-2.161
5 - 7 anos	21.101	15.753	5.348	10,15%	-543
7 - 10 anos	75	0	75	13,26%	-10
10 - 15 anos	0	0	0	17,84%	0
15 - 20 anos	0	0	0	22,43%	0
> 20 anos	0	0	0	26,03%	0

Total	-1.392
--------------	---------------

Risco de Liquidez

No final de 2006 o risco de liquidez do Interbanco encontrava-se completamente mitigado, decorrente da sua inserção no Grupo Santander Central Hispano, maior grupo financeiro a nível Ibérico, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista).

Acresce que o Interbanco promoveu o integral cumprimento do Rácio de Liquidez, nos termos do que é exigido pelo Banco de Portugal, na instrução nº 1/2000, através da já referida política de continuada adequação de activos e passivos em termos de perfis de maturidades.

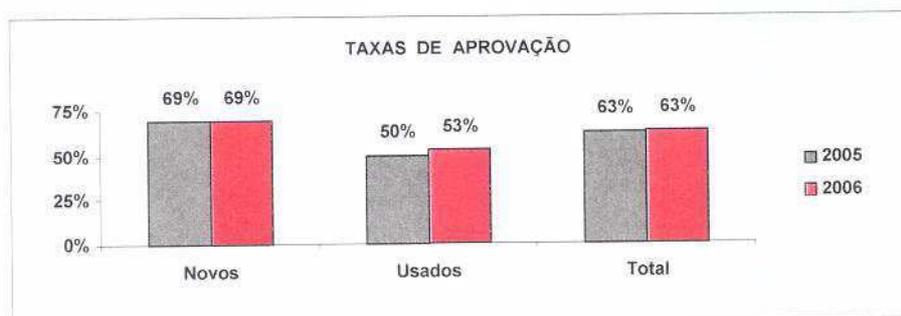


Phucan

GESTÃO DE RISCO

Ao nível da Gestão de Risco, resultado do constante esforço de selecção e focagem nos parceiros certos, foi possível consolidar o montante de crédito concedido na área do *core business*, apesar do volume de propostas recepcionadas ter diminuído em aproximadamente 12%, compensando-se a redução da procura por uma clara melhoria da qualidade da mesma.

A política de aceitação do crédito foi consistente com a dos últimos anos, pautada pela prudência, rigor e sistemática exigência de garantias acessórias.



O acompanhamento da sinistralidade no crédito foi feito de forma regular, por recurso ao Sistema de Informação de Gestão e comparação entre carteiras com igual período de originação (*vintages*), permitindo aferir a bondade da política de crédito tomada ao longo dos últimos anos e também dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido.

Durante o presente exercício, foi estrategicamente decidido incrementar o apoio à actividade dos intermediários de financiamento através de linhas de *stocking* de usados e adiantamentos de produção, bem como potenciar o financiamento de automóveis usados. A acomodação de tais desígnios conduziu à segregação entre a gestão de risco de produtos de retalho e de produtos de suporte à actividade do segmento de Franchisados e Não Franchisados. Paralelamente iniciou-se um projecto de desenvolvimento de um *scorecard* específico para o financiamento de veículos usados.

Já numa perspectiva de integração das linhas de produtos complementares ao financiamento automóvel, resultante da junção com as sucursais do Santander Consumer Finance, foi criada uma área específica para análise e desenvolvimento de modelos decisionais.

Handwritten signature and initials in blue ink.

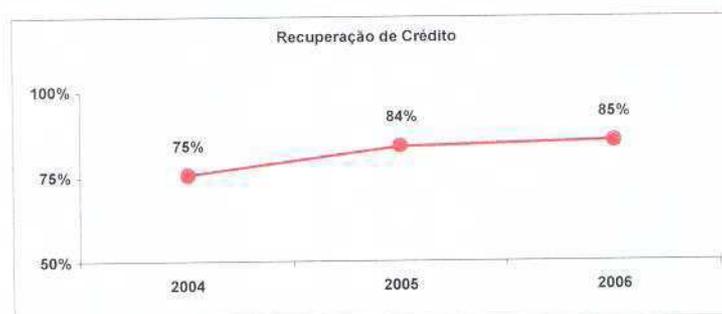
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A Recuperação de Crédito foi a área em que a integração operacional das sucursais do Santander Consumer Finance teve menos impacto, não obstante ter havido algum reflexo positivo com redução de recursos resultante da fusão das áreas de Risco e Recuperação, um modelo de gestão do ciclo admissão / recuperação distinto do que vinha sendo utilizado pelo Interbanco.

Em termos genéricos houve uma continuidade das políticas de recuperação, sendo que a criação da Direcção de Risco e Recuperação permitiu alguns incrementos de eficiência resultantes de uma melhor interação entre a análise dos níveis de incumprimento e o desenho de táticas específicas para segmentos de carteiras.

Apesar de os níveis de recuperação total (*early collections* e *late collections*) terem tido uma evolução de apenas um ponto percentual face a 2005, a eficácia do processo melhorou, na medida em que houve uma maior incidência na cobrança telefónica por aumento da capacidade do processo.

Por outro lado, a recuperação de crédito em contencioso proveniente das carteiras Mello Crédito e Credibanco vem naturalmente sofrendo redução, pelo que a taxa de recuperação excluída daquele efeito foi superior à de 2005, resultando em níveis inferiores de aprovisionamento.



Recuperação nos primeiros seis meses (termo médio) após entrada em mora

Globalmente, a adequação de processos e a diminuição dos volumes sob gestão, permitiu a redução do *headcount* da área de recuperação que, relativamente ao período homólogo, se cifrou em 17%.

Alvaro

OPERAÇÕES

Para a Direcção de Operações, o ano de 2006 fica marcado pelo processo de integração operacional das estruturas das instituições envolvidas, nomeadamente Interbanco e sucursais do Santander Consumer Finance.

Tratando-se de duas realidades diferentes importava analisar e verificar todo o circuito funcional no sentido de identificar as melhores práticas, sempre no intuito de melhor adequar os nossos serviços às necessidades dos nossos clientes.

Para o efeito foi criada uma equipa de projecto envolvendo os principais utilizadores, os quais procederam a levantamentos e avaliações exaustivas dos diferentes processos, respectivos circuitos, níveis de serviço, *outputs* e recursos afectos.

O resultado deste trabalho permitiu definir, de forma sustentada, qual a melhor solução para suportar o negócio, solução essa que se encontra em fase de implementação desde de Dezembro de 2006, altura em que o negócio automóvel passou a ser suportado por uma operativa única, aproveitando as capacidades instaladas na plataforma operacional do Interbanco.

Tem sido primeira preocupação que todo este processo de integração não colida com a resposta ao negócio, que tem de continuar a ser dada nos melhores padrões de qualidade, sem quebra de níveis de serviço nem perda de controlo do processo.

Os resultados que temos vindo a conseguir são positivos, seja com a satisfação plena dos volumes e respectivos níveis de serviço, seja com a optimização permanente do processo, conforme pode ser verificado pelo gráfico seguinte onde se reflecte a evolução do número de operações por operador.

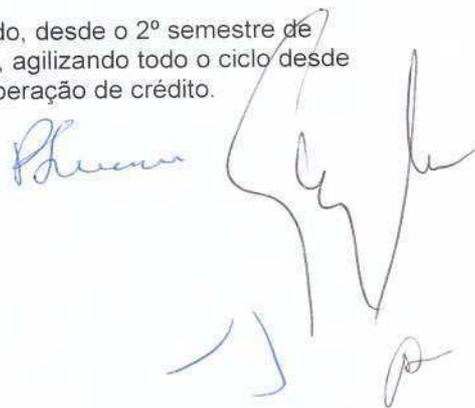


Handwritten signature and initials in blue ink.

Um dos exemplos de optimização decorreu da preocupação em satisfazer as necessidades dos nossos clientes internos e externos (prescritores) e em agilizar o negócio, e consubstanciou-se na digitalização integral do processo de introdução e análise de propostas de crédito do negócio automóvel com os seguintes objectivos:

- Melhoria do processo operativo da introdução de dados das propostas de pedido de financiamento, permitindo tempos de resposta mais ajustados às necessidades do mercado;
- Disponibilização, em tempo real, da informação a todas as áreas funcionais (nomeadamente no pós venda e na recuperação de crédito através do arquivo digital);
- Medir e controlar os respectivos níveis de serviço;
- Eliminação do "papel", com as conseqüentes vantagens operativas e de custo.

A implementação do projecto foi bem sucedida, o que tem permitido, desde o 2º semestre de 2006, o tratamento das propostas de forma totalmente automática, agilizando todo o ciclo desde a captação de propostas até ao processo de pós venda e de recuperação de crédito.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, positioned to the right of the main text block.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E CONTROLO DE QUALIDADE

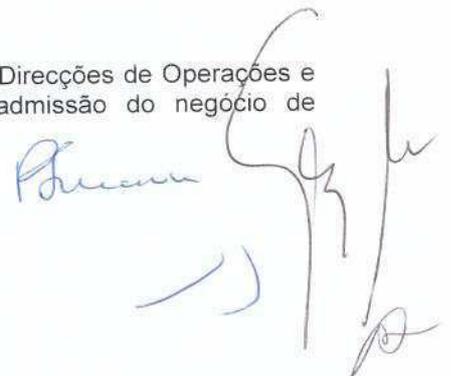
O principal desafio traçado para o ano de 2006, na área de sistemas de informação, foi o de preparar a optimização dos dois sistemas de informação que resultaram da integração das sucursais do Santander Consumer Finance no Interbanco e que servem as organizações que coalesceram no Banco Santander Consumer Portugal no passado mês de Janeiro de 2007.

Na vertente de infra-estruturas, procedeu-se à consolidação da gestão do parque de equipamentos, uniformizando as regras de gestão e centralizando numa única equipa todo o apoio aos utilizadores. Desenhou-se e implementou-se um modelo de comunicação de dados, que passou a suportar as transacções de todo o Banco, garantindo níveis de fiabilidade e segurança de acordo com as melhores práticas. Finalmente, a convergência de instalações físicas permitiu racionalizar os meios de comunicação de voz, dado que se centralizou o serviço num menor número de equipamentos e de conexões.

O conjunto de sinergias assim obtido permitirá manter inalterado para o próximo ano o nível de custos verificado no Banco em 2006, sem prejuízo da diversificação de actividades e aumento do volume de negócio verificados por via da fusão.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio procedeu-se a um estudo comparativo das aplicações, tendo-se definido um plano de desenvolvimento de plataformas aplicacionais que permitiu, numa primeira fase que terminou em Dezembro de 2006, unificar em plataformas aplicacionais únicas a produção das diferentes áreas de negócio do Banco Santander Consumer Portugal para 2007: Crédito Automóvel, Crédito ao Consumo, Cartões de Crédito e Empréstimos Pessoais. Note-se que, à semelhança das outras Direcções, 2006 foi um ano de integração operacional (ainda que não societária, esta só viria a ter lugar no início de Janeiro de 2007) colocando à disposição do Interbanco sinergias que se reflectiram ao nível de redução de custos também nesta Direcção.

Um dos principais projectos de 2006, realizado em conjunto com as Direcções de Operações e de Risco e Recuperação, foi a digitalização do processo de admissão do negócio de financiamento automóvel.

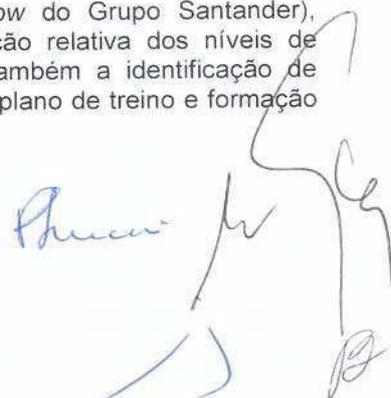


RECURSOS HUMANOS

À semelhança das outras áreas de negócio, também o ano de 2006 foi um ano de transição na gestão dos Recursos Humanos. A integração operacional das sucursais do Santander Consumer Finance e do Interbanco resultou na necessidade da criação de uma área de RH no Interbanco, reportando à Comissão Executiva, e fomentando o suporte à integração das diferentes Direcções.

Assim, o projecto de Recursos Humanos para 2006, teve como um dos objectivos a monitoração dos recursos efectivos às necessidades de negócio, tendo em consideração as alterações de processo catalizadas pelas integrações funcionais, resultando numa redução dos seus efectivos em cerca de 14,5%. Esta politica de optimização permitiu ao Interbanco encerrar o ano de 2006 com 189 efectivos, menos 32 do que em igual período de 2005 (considerando cedências).

Por outro lado, com a entrada do Santander Consumer Finance no capital do Interbanco, houve necessidade de assegurar uma harmonização das políticas de Recursos Humanos que passou por definir e agregar os interesses dos colaboradores criando regalias sociais equilibradas. No que diz respeito ao acompanhamento da evolução dos colaboradores, foi desenvolvido um sistema de avaliação de desempenho (beneficiando da *know how* do Grupo Santander), aplicável ao universo dos empregados, que além de uma avaliação relativa dos níveis de cumprimento dos objectivos individuais ou de equipa, assegura também a identificação de janelas de desenvolvimento. É com base nestas que foi elaborado o plano de treino e formação para 2007.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2006, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Interbanco, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

Proposta de Aplicação de Resultados:

O Interbanco encerrou o exercício de 2006 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euro 11.729.706,00 sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euro 12.520.284,24.

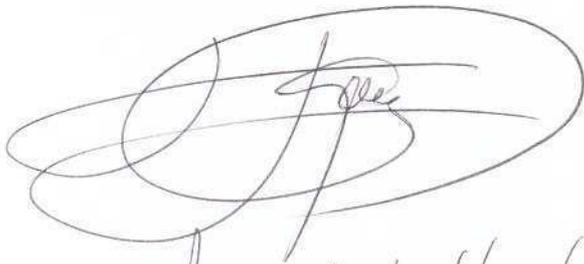
Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euro 1.172.970,60;

Resultados a transitar: Euro 10.556.735,40

Lisboa, 4 de Maio de 2007

O Conselho de Administração



João de Lita Santos Almeida

12 2 2 0



Pedro Cav P.A. Almeida



BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em Euros)

	2006		(Pró-forma) 2005		Notas	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		Notas	(Pró-forma)	
	Activo Bruto	Amort., prov. e imparidade	Activo líquido	2005		2006	2005			
ACTIVO										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	612.908	-	612.908	97.824	12	Recursos de outras instituições de crédito	712.239.275	12	664.061.748	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.656.927	-	3.656.927	3.314.219	13	Recursos de clientes e outros empréstimos	4.719.101	13	3.354.064	
Crédito a clientes	883.619.957	(14.902.795)	868.717.162	845.471.107	14	Títulos de dívida emitidos	-	14	5.567.703	
Outros activos tangíveis	15.937.079	(8.018.715)	7.918.364	7.997.632	15	Provisões	150.000	15	1.006.996	
Activos intangíveis	3.727.145	(3.474.283)	252.862	267.097	10	Passivos por impostos correntes	2.803.863	10	3.264.334	
Activos por impostos correntes	7.280	-	7.280	-	10	Passivos por impostos diferidos	919.185	10	1.382.047	
Outros activos	1.276.531	-	1.276.531	2.036.546	16	Outros passivos subordinados	15.169.456	16	20.140.529	
	23.983.941	(4.587.096)	19.396.845	33.039.405	17	Outros passivos	84.122.971	17	124.251.666	
						Total do Passivo	820.123.851		823.029.087	
						Capital	37.500.000	18	37.500.000	
						Outros instrumentos de capital	14.963.937	19	14.963.937	
						Outras reservas e resultados transitados	16.730.807		1.895.468	
						Lucro do exercício	12.520.284	20	14.835.338	
						Total da Situação Líquida	81.715.028		69.194.743	
						Total do Passivo e da Situação Líquida	901.838.879		892.223.830	
Total do Activo	932.821.768	(30.982.889)	901.838.879	892.223.830						

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Conselho de Administração
Fernando A. Simões


BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

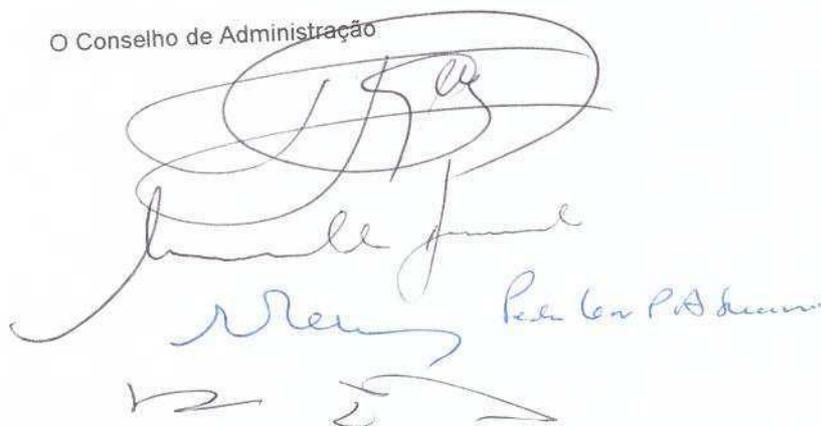
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Pró-Forma)

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	(Pró-forma) 2005
Juros e rendimentos similares	22	68.272.226	78.812.859
Juros e encargos similares	22	(36.063.394)	(31.216.560)
		<u>32.208.832</u>	<u>47.596.299</u>
MARGEM FINANCEIRA			
Rendimentos de serviços e comissões	23	3.835.672	2.335.826
Encargos com serviços e comissões	23	(1.270.043)	(2.047.690)
Rendimentos de instrumentos de capital		2.257	-
Resultados em operações financeiras	24	(698.314)	1.185.699
Outros resultados de exploração	25	1.546.906	(429.642)
		<u>35.625.310</u>	<u>48.640.492</u>
PRODUTO BANCÁRIO			
Custos com pessoal	26	(8.691.703)	(8.322.695)
Gastos gerais administrativos	27	(9.047.136)	(11.949.765)
Depreciações e amortizações	9	(504.860)	(539.425)
Imparidade de crédito	15	3.634.700	(7.641.420)
Imparidade de outros activos	15	(2.176.812)	(499.775)
Outras provisões	15	(322.008)	(150.000)
		<u>18.517.491</u>	<u>19.537.412</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS			
Impostos correntes	10	(5.700.055)	(3.031.243)
Impostos diferidos	10	(297.152)	(1.670.831)
		<u>12.520.284</u>	<u>14.835.338</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Número de acções em circulação no exercício		37.500.000	37.500.000
Resultados por acção		0,33	0,40

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Directors, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with names like 'Pedro Gonçalves' and 'Paulo Pereira' partially visible.

INTERBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Montantes expressos em Euros)

Nota	Capital	Prestações Acessórias	Reservas e resultados transitados		Total	Lucro do exercício	Total
			Reserva legal	Reservas livres			
	37.500.000		4.541.811	279.943	1.257.775	6.079.529	43.579.529
			844.171		844.171	(844.171)	
				(159.965)	(7.167.535)	(7.327.500)	(7.327.500)
		14.963.937			3.143.439	3.143.439	14.963.937
						14.835.339	3.143.439
						14.835.339	14.835.339
	37.500.000	14.963.937	5.385.982	119.978	(2.766.321)	2.739.639	69.194.744
			1.100.275	(1.256)	12.892.149	13.991.168	(13.991.168)
	37.500.000	14.963.937	6.486.257	118.722	10.125.828	16.730.807	81.715.028

Saldo em 31 de Dezembro de 2004

Aplicação do resultado:

- Transferência para reservas
- Transferência para resultados transitados
- Distribuição de dividendos
- Reclassificação das prestações acessórias
- Direcção Rappel
- Ajustamentos de transição para NCA's (Nota 2)
- Resultados do exercício

Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (pró-forma)

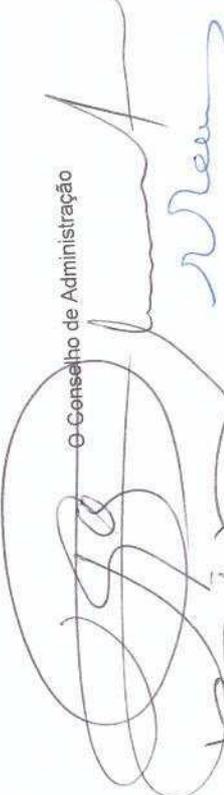
Aplicação do resultado:

- Transferência para reservas
- Transferência para resultados transitados
- Ajustamentos de transição para NCA's (Nota 2)
- Resultados do exercício

Saldo em 31 de Dezembro de 2006

O anexo faz parte integrante desta Demonstração

O Conselho de Administração



Leandro Pereira